

Edição 11.190 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri **SÁBADO // 28.11.2026 // Cascavel-PR** www.gazetadoparana.com.br

Amigos do Ratinho: sargento é indiciado ao lado do "Marroquino"

●Documentos mostram que militar foi designado para função na Casa Militar em agosto, **meses após receber medalha do governador**

●**Sargento indiciado por ataques a autoridades estaduais** foi designado para função na Casa Militar, onde seu chefe aparece entre as vítimas

●Documentos levantados pela Gazeta do Paraná apontam que Cavalheiro integra a estrutura da Casa Militar do Governo do Estado, onde foi designado para exercer a função de assistente operacional em agosto deste ano. O militar ingressou na corporação em maio de 1996 e, em fevereiro de 2025, recebeu uma condecoração concedida pelo governador Ratinho Junior (PSD). O inquérito policial relaciona 15 vítimas, entre elas integrantes do primeiro escalão da administração estadual. Um dos nomes que aparecem no documento é o do coronel Marcos Antonio Tordoro, chefe da Casa Militar e autoridade responsável pela assinatura da portaria que designou Cavalheiro para sua nova função. Cavalheiro foi agraciado, em fevereiro de 2025, com a Medalha de Mérito da Casa Militar Coronel PM Euclides Silveira do Valle. Público ● P.3

DADOS

●**A identificação do segundo indiciado** acrescenta um elemento à investigação sobre o perfil anônimo "Quarto Poder", utilizado para divulgar acusações e ofensas contra autoridades

Consórcio recorre ao TCE por pagamentos da Ponte de Guaratuba



Geraldo Bubniak/AEN

●O Consórcio Nova Ponte, responsável pela construção da Ponte de Guaratuba, apresentou ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) requerimento em que afirma ter constituído uma garantia adicional de R$ 76.248.432,50 e solicita, em caráter de urgência, a retomada do fluxo financeiro do contrato. Segundo a empresa, a garantia já foi analisada e aceita pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR), apesar de permanecerem suspensos os procedimentos de formalização do quarto e do quinto termos aditivos e os respectivos pagamentos. A constituição da garantia adicional decorre de uma determinação cautelar do Tribunal de Contas no âmbito da fiscalização dos cinco primeiros termos aditivos do contrato firmado entre o DER e o Consórcio Nova Ponte. A medida busca assegurar a possibilidade de recuperação de recursos públicos. Público ● P.2



O Palmeiras busca o tetracampeonato da Libertadores da América Cesar Greco

VAI, VERDÃO!

Palmeiras faz a final da Libertadores da América neste sábado (28) contra o Estudiantes da Argentina. Esportes ● Pág.6

LFF: STEIN ENCARA O MAIOR RIVAL HOJE

Esportes ● Pág.5

CASCAVEL ANUNCIA O PRIMEIRO REFORÇO

Esportes ● Pág.6

FOGÃO PEGA O BAHIA EM JOGO DECISIVO

Esportes ● Pág.6

DORIVAL NÃO FICA NO SÃO PAULO EM 2027

Esportes ● Pág.6



Divulgação

Secretariado

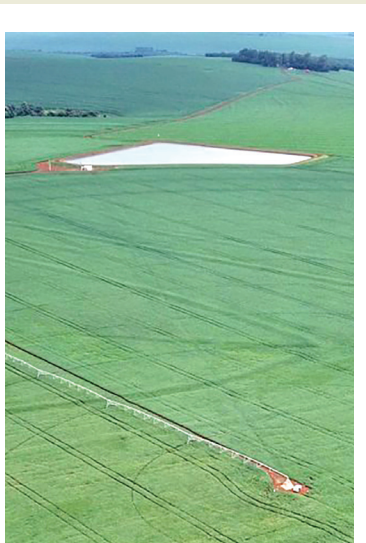
Sergio Moro anuncia Lucas Góes e Vinícius Klein

O governador eleito do Paraná, Sergio Moro (PL), anunciou ontem (27) mais dois nomes para o primeiro escalão da futura gestão. Lucas Alves de Lima Barros de Góes comandará a Casa Civil, enquanto Vinícius Klein assumirá a Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Ambos integrarão o governo do EStado do Paraná a partir de janeiro de 2027. Público ● P.3

Pediu vista

Toffoli suspende julgamento sobre a venda da Celepar

O ministro Dias Toffoli, do STF, pediu vista e interrompeu o julgamento sobre as condições para a privatização da Celepar. Segue em vigor a liminar do relator, Flávio Dino, que condiciona o avanço da venda à adoção de medidas de proteção de dados pessoais e à preservação do controle estadual sobre sistemas e bases de dados sensíveis abrangidos pela decisão. Público ● P.2



José Fernando Ogura/AEN

Agronegócio

Soja avança no Paraná e saca supera R$ 140

O plantio da soja no Paraná chegou a 89% da área estimada para a safra 2026/2027, avanço de 10 pontos percentuais nas últimas duas semanas. A melhora das condições climáticas favoreceu a retomada dos trabalhos no campo, enquanto os preços pagos aos produtores ultrapassaram R$ 140 pela saca de 60 quilos, nos maiores valores nominais desde abril de 2023. Global ● P.11

Público

Garantia milionária Empresa afirma ter apresentado caução de R$ 76,2 milhões exigida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e solicita retomada do fluxo financeiro dos aditivos, que seguem sob fiscalização

Consórcio da Ponte de Guaratuba pede liberação de pagamentos ao TCE

O Consórcio Nova Ponte pede ao TCE-PR que reconheça a garantia de R$ 76,2 milhões e autorize a retomada dos pagamentos suspensos

DA REDAÇÃO
Cascavel


Consórcio da Ponte de Guaratuba apresenta garantia de R$ 76 milhões Geraldo Bubniak

●O Consórcio Nova Ponte, responsável pela construção da Ponte de Guaratuba, apresentou ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) requerimento em que afirma ter constituído uma garantia adicional de R$ 76.248.432,50 e solicita, em caráter de urgência, a retomada do fluxo financeiro do contrato. Segundo a empresa, a garantia já foi analisada e aceita pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR), apesar de permanecerem suspensos os procedimentos de formalização do quarto e do quinto termos aditivos e os respectivos pagamentos.

As informações constam em despacho do conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, publicado na quinta-feira (26), no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas. O documento revela um novo desdobramento da fiscalização sobre os custos adicionais do empreendimento, que permanece com intervenções pendentes mais de seis meses após sua abertura ao tráfego. O requerimento ocorre em meio ao anúncio do governador Ratinho Junior (PSD) de que as obras dos acessos à ponte deverão ser retomadas na próxima segunda-feira (30), com previsão de conclusão em até 60 dias. Enquanto o governo anuncia a retomada dos trabalhos, o consórcio busca junto ao órgão de controle o reconhecimento da suficiência da garantia apresentada e a autorização para restabelecer o fluxo contratual.

Garantia milionária

A constituição da garantia adicional decorre de uma determinação cautelar do Tribunal de Contas no âmbito da fiscalização dos cinco primeiros termos aditivos do contrato firmado entre o DER e o Consórcio Nova Ponte. A medida busca assegurar a possibilidade de recuperação de recursos públicos caso, ao término da instrução processual, sejam confirmados pagamentos indevidos ou outras irregularidades nas recomposições econômico-financeiras concedidas durante a execução da obra.

O consórcio afirma ter constituído a garantia adicional de R$ 76,24 milhões exigida pelo TCE-PR, mas a liberação dos pagamentos depende da análise do Tribunal

Segundo o requerimento apresentado pelo consórcio, a garantia de R$ 76,24 milhões já teria sido constituída nos termos exigidos pelo relator. A contratada sustenta, entretanto, que os procedimentos administrativos necessários à formalização dos aditivos e à realização dos pagamentos continuam sobrestados.

Além de solicitar o reconhecimento da suficiência da garantia, o consórcio pede, alternativamente, a liberação das parcelas consideradas incontroversas, ou seja, dos valores que, segundo sua argumentação, não estão sujeitos aos questionamentos formulados pela fiscalização.

A alegada aceitação da garantia pelo DER não equivale, contudo, à validação do instrumento pelo Tribunal de Contas. A determinação cautelar prevê que a documentação seja submetida à avaliação da 5ª Inspetoria de Controle Externo, responsável pela fiscalização do empreendimento.

Pressão pelo verão

A proximidade da temporada de verão foi utilizada pelo Consórcio Nova Ponte como um dos fundamentos para justificar a urgência do pedido. A contratada argumenta que a manutenção das restrições financeiras compromete a conclusão dos serviços remanescentes, também diante do encerramento da vigência contratual, previsto para 15 de janeiro de 2027.

O prazo merece atenção diante da previsão anunciada pelo governo estadual. Caso as intervenções sejam retomadas em 30 de novembro e demandem os 60 dias estimados pelo governador, a conclusão dos trabalhos poderá ocorrer somente no final de janeiro, após as festividades de Natal e Réveillon e depois da atual data de encerramento da vigência contratual.

A situação dos acessos à ponte já motivou cobranças na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Conforme noticiado pela Gazeta do Paraná, a deputada estadual Flávia Francischini apresentou requerimento solicitando esclarecimentos à Casa Civil sobre as razões da paralisação ou redução do ritmo das obras, eventuais pendências financeiras e contratuais e o cronograma atualizado das intervenções.

Embora a estrutura principal esteja aberta ao tráfego desde maio, a conclusão dos acessos definitivos é considerada importante para melhorar a circulação de veículos entre Guaratuba e Matinhos, especialmente durante os períodos de maior movimentação turística.

Recursos questionados

Conforme revelou a Gazeta do Paraná nesta quinta-feira, a fiscalização do Tribunal de Contas identificou controvérsias que abrangem R$ 48,17 milhões somente no quarto e no quinto termos aditivos do contrato. Desse montante, aproximadamente R$ 34,13 milhões já haviam sido pagos, enquanto outros R$ 14,04 milhões permaneciam pendentes de desembolso. Os dois aditivos somam R$ 66,77 milhões e envolvem alterações construtivas, intervenções nos acessos, fundações e programas ambientais.

A fiscalização também abrange os três primeiros aditivos, objeto de procedimento instaurado anteriormente pelo Tribunal de Contas. A análise conjunta busca determinar a regularidade das alterações contratuais e a responsabilidade financeira pelos custos adicionais registrados durante a execução do empreendimento. Os valores questionados ainda não representam prejuízo comprovado aos cofres públicos. O mérito dos apontamentos deverá ser examinado pelo Tribunal, considerando as justificativas técnicas apresentadas pelo DER e pelo consórcio.

Pendência financeira

Em manifestação anterior, o Consórcio Nova Ponte afirmou possuir R$ 37,36 milhões em créditos que considera incontroversos, relativos a serviços executados e reconhecidos pelo DER, além de aproximadamente R$ 17,1 milhões em serviços necessários à finalização do empreendimento. A contratada também havia informado a existência de uma garantia contratual de R$ 138,29 milhões, defendendo que o instrumento seria suficiente para resguardar os recursos públicos. A determinação posterior do Tribunal, entretanto, estabeleceu a necessidade de uma garantia adicional específica e autônoma para os valores controvertidos.

O novo requerimento foi apresentado justamente para buscar o reconhecimento de que essa exigência foi atendida. O despacho publicado nesta quinta-feira encaminha a questão para análise nos autos principais da representação, sem autorizar expressamente, naquele ato, a liberação dos pagamentos pretendidos pela contratada. A retomada física dos serviços anunciada pelo governo estadual e a liberação dos valores contratuais questionados constituem questões distintas. A primeira não implica, necessariamente, autorização para o pagamento das parcelas submetidas à fiscalização. O julgamento de mérito dos aditivos permanece relevante para a definição das responsabilidades pelos custos adicionais da obra, cujo contrato original, firmado em 2022, previa investimento de R$ 386,9 milhões.

Toffoli pede vista e suspende julgamento da venda da Celepar

Plenária virtual tinha dois votos para manter as exigências à venda e uma divergência processual. Liminar de Flávio Dino segue em vigor

Ana Zimermann
Cascavel

●O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista na quarta-feira (25) e interrompeu o julgamento sobre as condições para a privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). Com a pausa, segue em vigor a liminar do relator, Flávio Dino, que condiciona o avanço da venda à adoção de medidas de proteção de dados pessoais e à preservação do controle estadual sobre sistemas e bases de dados sensíveis abrangidos pela decisão. A análise havia sido retomada no Plenário Virtual em 20 de novembro e tinha encerramento previsto para o dia 30. O pedido de vista dá a Toffoli mais tempo para examinar o processo. O Regimento Interno do STF prevê prazo de 90 dias, contado da publicação da ata de julgamento, para a devolução dos autos. Ao fim desse prazo, o processo fica liberado para voltar à pauta. Até esta quinta-feira (26), o caso seguia sem data anunciada para a retomada.

Como ficou a votação

Como a Gazeta do Paraná mostrou na cobertura da retomada, Flávio Dino e Alexandre de Moraes votaram pela manutenção das exigências. Moraes acompanhou o relator com ressalvas e considerou insuficientes as providências apresentadas pelo governo do Paraná para proteger as informações administradas pela empresa. Entre os exemplos citados pelo ministro estão prontuários do SUS, registros de arrecadação, dados biométricos e informações de investigações criminais. Cristiano Zanin abriu divergência por uma questão processual. Na avaliação dele, a ação questiona atos administrativos da privatização e, por isso, o Supremo deveria deixar de examiná-la por essa via. Zanin ressalvou que, se o Plenário superar essa questão preliminar, votará pela confirmação das exigências fixadas por Dino. O julgamento foi interrompido com esses três votos registrados.


Dias Toffoli pediu vista e interrompeu o julgamento no STF STF

A liminar determina que a operação observe a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a legislação federal de segurança pública. O Paraná deve manter o controle e a fiscalização direta sobre os sistemas e as bases de dados abrangidos pela decisão, incluindo informações usadas em segurança pública e investigações criminais. Antes de avançar com a desestatização, o Estado também deve submeter à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) um relatório de impacto específico para a mudança de controle da companhia.

O governo do Paraná pediu a revogação da liminar e informou ao STF que, entre as providências adotadas, contratou o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para criar um ambiente separado para o sistema de laudos da Polícia Científica. O leilão original estava marcado para 17 de março de 2026, na B3, com preço mínimo de cerca de R$ 1,3 bilhão. O edital previa a alienação de aproximadamente 96,25% do capital votante da companhia. O julgamento interrompido nesta semana trata da confirmação da liminar. A análise definitiva da Lei Estadual nº 22.188/2024, que autorizou a privatização, segue pendente na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.896, apresentada pelo PT e pelo PSOL.

Result
CONSULTORIA EMPRESARIAL
✓ Excelência ✓ Comprometimento ✓ Agilidade
Impulsionando negócios, gerando resultados
Juntos, transformamos desafios em oportunidades e aceleramos seu caminho para o sucesso
Auditoria de Impostos
Consultoria Tributária
Revisão de Processos
Padronização de Processos Fiscais
Restituição ou Compensação de Tributos
Contato
(45) 3252-3800
(45) 99922-5909
resultconsultores.com.br
result@resultconsultores.com.br
R. Pedro dos Santos Ramos, 760, Jardim La Salle, Toledo-PR

Investigação policial Documentos mostram que militar foi designado para função na Casa Militar em agosto, meses após receber medalha do governador; chefe da unidade está entre as 15 vítimas listadas no inquérito

Sargento condecorado por Ratinho é indiciado ao lado do "Marroquino"

Sargento da PM indiciado por ataques a autoridades estaduais foi designado para função na Casa Militar, onde seu chefe aparece entre as vítimas

DA REDAÇÃO
Cascavel



Mehdi Mouazen era diretor de inteligência da CGE Reprodução redes sociais

●Documentos levantados pela **Gazeta do Paraná** apontam que Cavalheiro integra a estrutura da Casa Militar do Governo do Estado, onde foi designado para exercer a função de assistente operacional em agosto deste ano. O militar ingressou na corporação em maio de 1996 e, em fevereiro de 2025, recebeu uma condecoração concedida pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior (PSD).

O inquérito policial, instaurado em 14 de abril de 2025, relaciona 15 vítimas, entre elas integrantes do primeiro escalão da administração estadual. Um dos nomes que aparecem no documento é o do coronel Marcos Antonio Tordoro, chefe da Casa Militar e autoridade responsável pela assinatura da portaria que designou Cavalheiro para sua nova função.

Militar condecorado

Com mais de 30 anos de vínculo com a Polícia Militar, Cavalheiro foi agraciado, em fevereiro de 2025, com a Medalha de Mérito da Casa Militar Coronel PM Euclides Silveira do Valle. A homenagem foi formalizada pelo Decreto Estadual nº 8.931/2025, publicado dois meses antes da instauração do inquérito policial.

Em agosto de 2025, quando a investigação já estava em andamento, o militar integrou o quadro de acesso à promoção de terceiro para segundo-sargento. Neste ano, passou por uma alteração funcional dentro da estrutura responsável pela segurança institucional do Governo do Paraná.

A Portaria nº 0034/2026, publicada na edição de 5 de agosto do Diário Oficial do Estado, dispensou Cavalheiro da função de auxiliar administrativo da Casa Militar, símbolo FPP 9, e o designou assistente operacional, símbolo FPP 8, com efeitos a partir de 1º de agosto. A alteração foi formalizada pelo coronel Tordoro, que agora aparece na relação de vítimas dos crimes pelos quais o subordinado foi indiciado.

Casa Militar

A identificação do segundo indiciado acrescenta um elemento à investigação sobre o perfil anônimo "Quarto Poder", utilizado para divulgar acusações e ofensas contra autoridades estaduais. As apurações policiais já haviam identificado uma conexão de internet fornecida por uma linha telefônica registrada em nome do Governo do Paraná e vinculada à Casa Militar.

Os investigadores também identificaram registros de conexão provenientes do Marrocos, país de origem de Mouazen. A investigação envolveu a obtenção de informações digitais no exterior e a análise de registros de acesso associados ao perfil.

A confirmação da identidade de Cavalheiro, mediante o cruzamento de informações funcionais com os dados de identificação registrados no inquérito, estabelece um vínculo entre um dos indiciados e a estrutura governamental à qual estava associada uma das linhas telefônicas identificadas durante as investigações. Ainda não está esclarecido, contudo, se essa linha estava sob responsabilidade direta do sargento nem qual participação específica a autoridade policial atribuiu a ele nas publicações.

Cúpula do governo

Além de Tordoro, figuram entre as vítimas relacionadas pela Polícia Civil o secretário de Segurança Pública, Hudson Leôncio Teixeira; o ex-secretário de Infraestrutura e Logística Sandro Alex; o deputado estadual Marcio Nunes; o procurador-geral do Estado, Luciano Borges dos Santos; e o diretor-geral da Casa Civil, Maiquel Guilherme Zimann. Também são mencionados Rafael Andreguetto, Eder Rogério Stela, Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão, Altamir Juliano Hacke, Lucio Mauro Tasso, Luiz Augusto Silva, José Luiz Scroccaro, Everton Luiz da Costa Souza e José Vigilato. O ofício policial atribui aos dois indiciados os mesmos três tipos penais, previstos nos artigos 138, 139 e 140 do Código Penal, relacionando as mesmas 15 vítimas para ambos.

PARCEIROS DE RATINHO JUNIOR

O que consta nos documentos

- **Ingresso na PM:** maio de 1996
- **Condecoração:** Medalha de Mérito da Casa Militar Coronel PM Euclides Silveira do Valle, em fevereiro de 2025
- **Inquérito:** instaurado em 14 de abril de 2025
- **Alteração funcional:** Portaria nº 0034/2026, publicada em 5 de agosto
- **Nova função:** assistente operacional, símbolo FPP 8
- Chefe da Casa Militar: coronel Marcos Antonio Tordoro, listado entre as vítimas
- **Vítimas relacionadas:** 15 pessoas

Pressão

O caso ganhou novos contornos em outubro deste ano, quando Luciano Borges e Maiquel Zimann registraram boletim de ocorrência relatando uma suposta tentativa de interferência nas investigações dentro do Palácio Iguaçu.

Segundo os relatos apresentados à polícia, o chefe da Casa Civil, João Carlos Ortega, teria pedido que os envolvidos deixassem de insistir na apuração. O Governo do Paraná, em manifestação anterior à imprensa, afirmou respeitar a autonomia das autoridades policiais e negou interferir em investigações envolvendo seus servidores.

A **Gazeta do Paraná** vem acompanhando os desdobramentos do caso e publicando documentos que revelam os bastidores da estrutura de inteligência comandada anteriormente por Mouazen na Controladoria-Geral do Estado (CGE), antes de sua transferência para a Celepar, onde passou a exercer a função de assessor.

Responsabilidade

O indiciamento do sargento também levanta questionamentos sobre o conhecimento da administração estadual a respeito da investigação e sobre eventuais providências administrativas adotadas pela Casa Militar e pelo comando da Polícia Militar. Até o momento, não há confirmação de que tenha sido instaurado procedimento disciplinar contra Cavalheiro em razão dos fatos investigados. Também não está esclarecido quando seus superiores tomaram conhecimento de sua possível participação no caso.

O indiciamento não equivale a uma condenação criminal. Os investigados têm direito à ampla defesa e à presunção de inocência.

Sergio Moro anuncia Lucas Góes para a Casa Civil e Vinícius Klein para a PGE

Moro ainda deverá anunciar os demais integrantes do secretariado até a posse, marcada para 6 de janeiro de 2027

Eliane Alexandrino
Cascavel



Servidor federal e procurador de carreira reforçam equipe de Moro Divulgação

●O governador eleito do Paraná, Sergio Moro (PL), anunciou ontem (27) mais dois nomes para o primeiro escalão da futura gestão. Lucas Alves de Lima Barros de Góes comandará a Casa Civil, enquanto Vinícius Klein assumirá a Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Ambos integrarão o governo a partir de janeiro de 2027.

A escolha de Lucas Góes reforça a articulação política e institucional da equipe de Moro. Servidor público federal de carreira há mais de 17 anos, ele atualmente chefia o gabinete do senador no Congresso Nacional e acumula experiência em diferentes órgãos da administração federal. A Gazeta do Paraná trouxe nesta semana o nome de Luca como favorito para o cargo de chefe de gabinete do governador eleito, Sergio Moro.

Já Vinícius Klein é procurador do Estado desde 2008 e reúne experiência na estrutura jurídica do governo paranaense, além de trajetória acadêmica na Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde atua como professor. Segundo Moro, a intenção é formar uma equipe técnica e preparada para transformar as prioridades da gestão em ações concretas. O governador eleito defende uma administração enxuta, eficiente e comprometida com a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. "Estamos formando um governo com pessoas qualificadas, que tenham compromisso com o Paraná e capacidade de entregar resultados. Queremos uma administração eficiente, integrada e responsável, com profissionais preparados para enfrentar os desafios do Estado e transformar as prioridades em ações concretas para a população", afirmou.

Lucas Góes exerceu funções técnicas e estratégicas em diferentes órgãos do Governo Federal. No Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, chefiou a Assessoria Parlamentar. Também trabalhou na articulação institucional, parlamentar e federativa junto à Controladoria-Geral da União (CGU) e a órgãos da Presidência da República.

Sua trajetória inclui passagens pelos ministérios da Previdência Social, da Justiça e Extraordinário da Segurança Pública, com atuação em assessoramento técnico, elaboração legislativa e formulação de políticas públicas.

Góes também participou da governança de empresas estatais, integrando conselhos de administração, entre eles o da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Foi ainda membro titular do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A Casa Civil terá papel central na coordenação do governo. A pasta acompanha as prioridades definidas pelo governador, integra o trabalho das secretarias e conduz a articulação política e institucional do Executivo, incluindo a interlocução com a Assembleia Legislativa e outros Poderes.

PGE

Vinícius Klein atua desde abril de 2015 na Assessoria Técnica do Procurador-Geral do Estado. Ao longo da carreira, participou e presidiu comissões e grupos de trabalho da administração estadual. Também é secretário-executivo do Fórum Nacional das Consultorias das Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (FONACON). Professor da UFPR desde 2015, leciona na graduação e nos programas de mestrado e doutorado. É coordenador do Núcleo de Direito e Economia da universidade e possui doutorados em Direito Civil, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e em Desenvolvimento Econômico, pela UFPR.

A Procuradoria-Geral do Estado representa o Paraná judicial e extrajudicialmente e presta consultoria jurídica ao Poder Executivo. Entre suas atribuições estão a análise de contratos e atos administrativos, a defesa do patrimônio público e a cobrança da dívida ativa. Moro ainda deverá anunciar os demais integrantes do secretariado até a posse, marcada para 6 de janeiro de 2027.

GOVERNO SERGIO MORO

Equipe tem nove nomes anunciados

- **Pricilla Maria Santana –** Secretaria da Fazenda
- **Fátima Gavioli –** Secretaria da Educação
- **Edson Vasconcelos –** Secretaria de Infraestrutura e Logística
- **Fabiano Bordignon –** Secretaria da Segurança Pública
- **Carlos Fernando dos Santos Lima –** Secretaria Anticorrupção
- **Ricardo Akel –** Secretaria da Saúde
- **Fernando Hideyo Yokemura –** Secretaria de Governo Digital e Inteligência Artificial
- **Lucas Alves de Lima Barros de Góes –** Casa Civil
- **Vinícius Klein –** Procuradoria-Geral do Estado


50%
DESCONTO
MENSALIDADE
ATÉ O FINAL DO
CURSO
Acesse o site
ead.fag.edu.br/cursos
FAG
EAD
CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Futsal feminino Stein Cascavel faz o jogo de ida da final da Liga Femina de Futsal contra o Taboão da Serra

Stein encara o seu maior rival na final da LFF

Por ter melhor campanha na Liga Feminina de Futsal (LFF), o Stein fará o jogo de volta no ginásio da Neva no dia 05 de dezembro

LUCIANO NEVES
Com assessoria



O Stein volta a enfrentar o Taboão da Serra Fotos Assessoria Stein



O time cascavelense acabou de vencer a Libertadores

• A rivalidade no esporte. Normalmente, uma rivalidade se acentua quando duas equipes dividem o mesmo espaço dentro de uma cidade ou em um estado. No futsal feminino, existe uma rivalidade que transcendeu os limites estaduais. É uma rivalidade nacional. O grande rival do Stein Cascavel é o Taboão da Serra, equipe paulista que mais tem cruzado a equipe do técnico Márcio Coelho em jogos decisivos. Só para se ter uma ideia, foram sete finais em competições nacionais e internacional de 2021 para cá, período de trabalho do treinador no Stein. Os dois times se encontram para a oitava decisão entre eles. Neste sábado (28), Stein Cascavel e Taboão da Serra iniciam a decisão da Liga Feminina de Futsal (LFF), edição de 2026. O jogo de ida será às 20h30, no ginásio Zé do Feijão. Por ter melhor campanha na competição, o Stein fará o jogo de volta no ginásio da Neva, no próximo dia 05 de dezembro.

A rivalidade entre eles começou em 2021, quando os dois times se cruzaram na decisão da Copa do Brasil de futsal feminino. O Stein comemorou o primeiro título nacional de Márcio Coelho em Taboão da Serra. No ano seguinte, duas finais nacionais. Ambos repetiram a decisão da Copa do Brasil, desta vez, o título ficou com o Taboão da Serra, o único do time paulista diante do Stein. Mas logo em seguida, os dois se encontraram na decisão da LFF. No jogo de ida, o Stein foi goleado em São Paulo. Mas devolveu a goleada no ginásio da Neva, levou o jogo para a prorrogação e gol do título ocorreu quando restavam 16 segundos para o fim.

Em 2023, mais duas finais. Na Neva, o Stein derrotou o Taboão na final da Supercopa de futsal. Com isso, foi para a sua primeira Libertadores e faturou a primeira conquista continental. Depois, nova final da LFF e o bicampeonato do Stein. Na ocasião, o Stein fez a festa na casa do adversário mais uma vez. As outras duas finais ocorreram em 2024. O Stein decidiu a Supercopa contra Taboão, venceu novamente e partiu para o bicampeonato da Libertadores da América. E os dois times se enfrentaram numa competição internacional, a Copa Mundo do Futsal, edição que foi realizada em Cascavel. Festa das Víboras Azuis diante da torcida.

Embalo

O Stein Cascavel visa manter o embalo na temporada e vivencia a final da LFF logo após ter sido tricampeão da Libertadores de futsal feminino na Argentina. O Taboão, ao contrário, teve um revés. Foi derrotado nos pênaltis pela Copagril de Marechal Cândido Rondon na final da Copa do Brasil. Ou seja, vencer a LFF é uma obrigação para o time paulista.

Ciente dos desafios de atuar na casa do adversário, o técnico Márcio Coelho destaca a necessidade de adaptação às condições de jogo e ressalta a importância de manter a intensidade em quadra. "A expectativa é de um jogo muito difícil, muito duro. É a final da competição mais importante do nosso país, contra um adversário tradicional, que já enfrentamos em muitas decisões. Sabemos como é difícil jogar lá, pela atmosfera, pela torcida que joga junto do início ao fim e pelo piso diferente. Precisamos nos adaptar a todos esses fatores e entregar o nosso máximo dentro de quadra, nada menos que 100%", afirma Coelho.

O treinador reforça que o objetivo é voltar a Cascavel com um resultado favorável na briga pela taça. "Precisamos respeitar muito a equipe adversária e fazer o nosso melhor em todos os aspectos para conseguir trazer o resultado mais positivo possível e alguma vantagem para o jogo de volta, na nossa casa", completa.

Nesta temporada, as equipes já mediram forças em duas oportunidades, com o Stein levando a melhor em ambas. Pela Supercopa, em maio, as cascavelenses venceram por 1 a 0. Já pela fase classificatória da LFF, em julho, o time azul e branco bateu a equipe paulista por 4 a 1, no Ginásio da Neva.

Campanha de respeito

Invicto na competição, o Stein encerrou a primeira fase na liderança, com 37 pontos em 13 partidas, somando 12 vitórias e um empate. A equipe também registrou o melhor ataque, com 56 gols marcados, e a defesa menos vazada, com apenas 11 sofridos. No mata-mata, as cascavelenses eliminaram o São José (SP) nas quartas de final e o Female (SC) na semifinal. Diante das catarinenses, o time paranaense venceu os dois confrontos, por 4 a 2 e 4 a 1, carimbando o passaporte para a decisão com um placar agregado de 8 a 3.



Libertadores da América Palmeiras enfrenta o Estudiantes na decisão da Libertadores em Montevidéu

Verdão busca a glória eterna pela quarta vez



O Verdão disputa a final da Liberta hoje Fotos Cesar Greco


O clube passou pelo Fluminense nas semifinais

Ao todo, o Verdão já disputou sete finais do torneio continental, com três títulos e quatro vices

GAZETA ESPORTIVA
São Paulo

● Palmeiras e Estudiantes medem forças na grande final da Copa Libertadores neste sábado (28). A bola rola a partir das 17 horas (de Brasília), no tradicional Estádio Centenário, em Montevidéu, no Uruguai.

Palmeiras e Estudiantes irão se reencontrar na final da Copa Libertadores após 58 anos. Em 1968, os dois times se enfrentaram na decisão, vencida pelos argentinos. Agora, o Verdão tenta a revanche e busca o tetracampeonato, enquanto a equipe de La Plata sonha com o quinto título.

O Palmeiras avançou às oitavas da Libertadores como segundo do Grupo F, com 11 pontos. Nesta fase, eliminou o Cerro Porteño do Paraguai e, nas quartas, despachou a LDU do Equador nos pênaltis, decidindo as duas eliminatórias fora de casa. Já nas semifinais, passou pelo Fluminense, novamente nos pênaltis, com brilho de Carlos Miguel, para chegar à decisão.

Do outro lado, o Estudiantes também se classificou às oitavas como vice-líder do Grupo A, com nove pontos, sete a menos que o líder Flamengo. No mata-mata, deixou para trás a Universidad Católica do Chile e, depois, eliminou o Corinthians, rival do Palmeiras, na Neo Química Arena. Por fim, despachou o Flamengo nos pênaltis, em pleno Maracanã, e alcançou a final, o que não acontecia desde 2009. O Estudiantes vem de conquistar o título da Supercopa Argentina em cima do Independiente Rivadavia, por 3 a 2, na prorrogação, mas não entra em campo desde o dia 12 de novembro. Já o Palmeiras chega à final após perder por 3 a 0 para a Chapecoense, fora de casa, com os reservas em campo.

Nada de vice

Finalista da Copa Libertadores de 2026, o Palmeiras chega para a nova decisão buscando igualar seu número de títulos da competição ao número de vice-campeonatos. Ao todo, o Verdão já disputou sete finais do torneio continental, com três títulos e quatro vices.

Chegando à sua oitava decisão, o Alviverde se isolou como o terceiro clube com mais aparições em finais de Libertadores, superando Independiente (ARG), River Plate (ARG) e Olimpia (PAR), todos com sete participações. Apenas Boca Juniors (ARG), com 12 finais, e Peñarol (URU), com 10, estão na frente.

Em 2025, o Palmeiras bateu na trave. Na final disputada em Lima (PER), o time paulista foi derrotado por 1 a 0 diante do Flamengo e viu o rival carioca se tornar o primeiro clube brasileiro tetracampeão da Libertadores.

Fim da zica?

O confronto, gigante por si só, terá um peso ainda maior para Andreas Pereira. O volante alviverde retornará ao Estádio Centenário, palco da falha que protagonizou na final da competição em 2021. Andreas Pereira, deste modo, precisará superar o que foi o seu grande erro durante a passagem do Flamengo por Montevidéu para, desta vez, erguer a taça defendendo as cores do Palmeiras.

Em 27 de novembro de 2021, Flamengo e Palmeiras se enfrentaram na grande final da Copa Libertadores, no Estádio Centenário. O Rubro-Negro de Andreas Pereira, um dos destaques da equipe naquele ano, estava em busca do tricampeonato, assim como o Verdão. O volante, inclusive, foi titular do lado flamenguista.

O Palmeiras foi quem abriu o placar na grande decisão. Com apenas quatro minutos de jogo, Raphael Veiga, atualmente no América-MEX, colocou o Alviverde à frente no placar. O Flamengo só conseguiu buscar o empate aos 26 minutos da etapa final, quando Gabigol, hoje no Santos, deixou tudo igual. Os 90 minutos se encerraram com a igualdade em 1 a 1 no placar, e a final encaminhou-se para a prorrogação.

Os primeiros minutos da prorrogação estavam equilibrados, até que, aos quatro minutos, Andreas Pereira cometeu um erro crucial na saída de bola. O volante do Flamengo recebeu o passe de David Luiz, mas dominou errado, deixou a bola escapar e viu Deyverson recuperar no último terço do campo. O centroavante do Palmeiras partiu sozinho, invadiu a área e bateu na saída de Diego Alves para marcar o gol do tricampeonato palmeirense.

A falha ficou marcada na carreira de Andreas Pereira, que pediu desculpas, mas não conseguiu recuperar o prestígio com a torcida flamenguista, embora tenho integrado parte da campanha do título de 2022. Em julho de 2022, o Flamengo decidiu não contratar o volante em definitivo, e ele retornou ao Manchester United. Em agosto de 2025, o jogador de 29 anos assinou com o Palmeiras. Agora, Andreas Pereira irá retornar ao Centenário, palco de uma falha marcante de sua carreira, para tentar transformar uma espécie de "trauma" em uma alegria para si mesmo e, principalmente, é claro, para a torcida do Palmeiras — desta vez, intencionalmente. Andreas busca seu primeiro título de Libertadores com a camisa palmeirense. O volante chegou à final da Libertadores em 2025, mas a equipe palestrina foi superada pelo Flamengo na decisão e ficou com o vice-campeonato. Neste sábado, num cenário já conhecido, o volante buscará o troféu pela primeira vez defendendo as cores do Verdão.

Andreas Pereira chegou ao Palmeiras no fim de agosto de 2025. De lá para cá, assumiu a titularidade e foi peça importante nas campanhas do Verdão no Campeonato Brasileiro, na Copa do Brasil e na Libertadores.

O volante soma seis gols e 13 assistências em 81 jogos com a camisa alviverde, e tem um título conquistado: o Campeonato Paulista de 2026. Perto de terminar sua primeira temporada completa pelo clube, ele é o maior assistente do time no ano, com 12 passes para gol.

O Palmeiras vai em busca do tetracampeonato da Libertadores, enquanto Andreas Pereira pode erguer o título pela primeira vez no clube.

Cascavel anuncia o primeiro reforço para o Paranaense

O clube anunciou Brendon Sobral, meia de 24 anos

Da assessoria
Cascavel

● Primeiro reforço confirmado. O Cascavel anunciou ontem a contratação do meia Brendon Sobral para a temporada 2027. Natural de São Paulo (SP), o atleta de 24 anos soma passagens por clubes tradicionais do futebol brasileiro, experiência na Série B e títulos conquistados ao longo da carreira.

Destro e atuando preferencialmente como meia ofensivo, Brendon iniciou sua trajetória nas categorias de base do Corinthians, onde permaneceu por oito anos, entre 2011 e 2019, passando por diferentes etapas de formação no clube paulista.

Em 2020, o atleta se transferiu para o Resende (RJ), onde fez sua estreia profissional em 2021. Na temporada seguinte, ganhou projeção nacional vestindo a camisa 10 da equipe na Copa São Paulo de futebol júnior. O desempenho despertou o interesse de grandes clubes brasileiros, resultando na sua transferência para o Botafogo, onde integrou as categorias sub-20 e sub-23.

Em 2024, Brendon chegou ao Nação (SC), disputando onze partidas e marcando dois gols no Campeonato Catarinense. O desempenho no estadual credenciou o meia a defender o Paysandu, clube pelo qual disputou a Série B do Campeonato Brasileiro e integrou o elenco campeão da Copa Verde e do Campeonato Paraense daquela temporada.

Em 2025, o atleta retornou ao futebol catarinense, defendendo inicialmente o Marcílio Dias, onde disputou nove partidas. Na sequência, vestiu a camisa do Atlético Tubarão, somando seis jogos e um gol marcado.

Com experiência em diferentes centros do futebol brasileiro e formação em grandes clubes, Brendon chega ao Cascavel para ampliar as opções do setor ofensivo e contribuir com os objetivos do clube na temporada. O atleta já está integrado ao elenco a disposição da comissão técnica. "Tudo o que a gente passa na vida não é por acaso. Acredito que tudo o que passei na base e no profissional me preparou para que eu pudesse estar aqui. Sou uma atleta ágil, não me importo de jogar aberto, não me importo de jogar por dentro, mais perto do gol ou mais longe. Dar uma assistência e chegar mais próximo do gol adversário de maneira mais agressiva é um ponto importante em que eu posso agregar", disse.


Brendon Sobral é o primeiro reforço do Cascavel Assessoria

O Cascavel iniciou a sua pré-temporada na última quarta-feira (25) sob o comando do novo técnico William Campos. E nada de folga neste fim de semana. Neste sábado (28), o elenco cascavelense treina em dois períodos. E amanhã (29), os atletas iniciam os treinamentos às 8 horas.

BRASILEIRÃO

Botafogo tem confronto duro com o Bahia neste sábado

Gazeta Esportiva

● A penúltima rodada do Campeonato Brasileiro só tem uma partida neste sábado (29). Será o confronto entre Botafogo e Bahia, que jogam às 21 horas, no Estádio Nilton Santos. O Glorioso corre um pequeno risco de rebaixamento e quer aproveitar o duelo diante de sua torcida para acabar de vez com esse risco. O clube carioca aparece no 14º lugar com 43 pontos, dois a mais que Corinthians, Grêmio e Mirassol, todos na luta contra a degola. Quem também está nessa luta é o Internacional, que tem 38 pontos. Todos os concorrentes do Fogão jogam no complemento da rodada, neste domingo (29).


Vitor Silva

Apesar de aparecer em situação confortável fora da zona de perigo, o Botafogo teve um leve aumento matemático no risco de descenso — subiu de 1,5% após a 35ª rodada para 4,1% depois de empatar em 1 a 1 com o São Paulo no Nilton Santos na última segunda-feira. Os dados são do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sendo assim, precisa de apenas uma vitória nos duelos contra Bahia (casa) e Santos (fora) para eliminar qualquer chance matemática de queda.

O Bahia luta por vaga na próxima Libertadores da América é só depende de si para terminar o campeonato no G-6. O Tricolor de Aço ocupa o sexto lugar na tabela com 54 pontos, dois a mais que o Atlético-MG, sétimo colocado.

A Série B do Campeonato Brasileiro terá seu último jogo neste sábado. E irá definir o último integrante da elite nacional. Fortaleza e Criciúma fazem o jogo de volta dos playoffs às 20 horas, no Castelão. No jogo de ida, o Tigre venceu por 1 a 0 e joga pelo empate para subir. Já o Leão do Pici precisa de uma vitória simples para conquistar o acesso.

BRASILEIRÃO

Dorival avalia trabalho no São Paulo e justifica saída

Gazeta Esportiva

● Dorival Júnior comunicou, na última quinta-feira, que deixará o comando técnico do São Paulo após o fim da temporada. O pronunciamento aconteceu após a vitória por 3 a 1 sobre o Remo, pela 37ª rodada do Campeonato Brasileiro, em jogo que marcou a despedida do Tricolor do Morumbis.

Na avaliação do treinador, uma continuidade de seu trabalho poderia atrapalhar o planejamento da gestão que assumirá em 2027. Dorival bateu na tecla do planejamento da equipe para 2027, que terá um novo presidente, a ser escolhido em eleições marcadas para dezembro, e avaliou seu trabalho à frente do Tricolor. "Não seria saudável para o São Paulo uma continuidade. Já passei por várias mudanças, de uma diretoria nos contratando e logo em seguida, com pouquíssimo tempo uma mudança em razão de eleições. Nunca é saudável isso. Um presidente quanto o outro terão a oportunidade de definirem seus profissionais. Temos que pensar muito mais no clube do que nas nossas carreiras, individualmente. Por isso acho que é uma atitude correta", declarou Dorival.


Rubens Chiri

O São Paulo teve uma temporada frustrante. Com 48 pontos e na 10ª posição na tabela do Brasileirão, o Tricolor não conseguiu se classificar à Libertadores da próxima temporada. A equipe ainda deu adeus à Copa Sul-Americana nas quartas de final. Quando Dorival chegou, o clube já não disputava mais a Copa do Brasil, torneio do qual foi eliminado na quinta fase, sob o comando de Roger Machado.

Dorival chegou ao São Paulo para sua terceira passagem em meados de maio, para assumir o cargo deixado por Roger Machado. O treinador comandou a equipe em 27 jogos, com oito vitórias, nove empates e dez derrotas. Antes de deixar o clube, Dorival ainda comanda o Tricolor em seu último compromisso do ano.

Publicidade Legal

EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2026

O **Município de Sertanópolis/PR**, neste ato repres. P/ Prefeita Mun. Sra. Ana Ruth Secco, torna público aos interessados que realizará **LEILÃO EXTRAJUDICIAL ELETRÔNICO**, p/ intermédio do **Leiloeiro Fabio Gonçalves Barbosa**, através do **site www.fabiobarbosaleiloes.com.br**, aberto a partir da inserção no site do Leiloeiro e encerram. no **dia 17/12/26, às 10h**. Os bens negativos ou não pagos retornam p/ leilão **dia 18/12/2026 c/ encerr. Às 10h. Bens:** 01) I/Peugeot 408 Allure, 11/12, AUC6I16. R$ 11.900,00; 02) Chevrolet/Onix 10MT Joye, 16/17, BAZ-1675. R$ 20.000,00 03) Chevrolet/Onix 10MT Joye, 16/17, BAZ-1792. R$ 22.000,00; 04) I/Sandu Bravax BX250, 17/17, BCH-3470. R$ 4.500,00; 05) Chevrolet/Cruze LTZ NB, 14/14, AYM-7D19. R$ 22.000,00; 06) Fiat/Uno Mille, 01/02, AKA-9810. R$ 2.000,00; 07) VW/Gol 1.6, 09/10, ARS-7675. R$ 9.000,00; 08) I/Ford Transit 350L BUS, 11/11, AVZ-5825. R$ 24.200,00; 09) Ford/Cargo 1317 E, 09/09, ARD-8396. R$ 54.600,00 10) MPolo/Volare Access On, 15/16, BAU-9157. R$ 86.000,00; 11) VW/7.90 S, 88/89, AIP-3911. R$ 14.500,00; 12) 12 M.Benz/Masc Granmini O, 09/09, ARU-6928. R$ 39.500,00; 13) Iveco/CityClass 70C16, 10/11, ATP-4414. R$ 30.000,00; 14) VW/15.190 EOD E.S.ORE, 12/13, AXC-3625. R$ 39.000,00; 15) VW/15.190 EOD E.S.ORE, 12/13, AXC-3626. R$ 33.000,00; 16) VW/13.150, 05/05, ANI-3590. R$ 32.600,00; 17) Caminhão M. Benz Pipa. R$ 8.000,00; 18) Fiat/Ducato MC Rontanamb, 09/10, ATD-4948. R$ 14.300,00; 19) I/Fiat Ducato Engesigexe, 18/18, BCJ-3762. R$ 83.200,00; 20) Fiat/Toro Freedom AT9 D, 18/19, BCG-4792. R$ 18.500,00; 21) Chev/Spin 1.8L MT LTZ, 15/16, AZR-6403. R$ 21.500,00; 22) VW/Gol 1.0 GIV, 12/13, AVK-3680. R$ 13.600,00; 23) GM/Montana Conquest, 10/10, ASI-6I70. R$ 11.200,00; 24) VW/Gol 1000, 95/95, AFB-8392. R$ 1.000,00; 25) Renault/Master Altech AMB,12/13, AVS-8878. R$ 5.400,00; 26) Renault/Master Altech AMB., 12/13, AWF-6098. R$ 5.400,00; 27) Iveco/CityClass 70C16, 09/09, ARR-1358. R$ 4.300,00; 28) M. Benz/Marc Granmini M, 09/10, ASE-1627. R$ 5.000,00; 29) VW/Kombi Furgão, 04/04, ALR-5586. R$ 1.200,00; 30) Carreta Caçamba Basculante. R$ 775,00; 31) Asia Motors/Topic. R$ 445,00; 32) Renault/ Masterrontanamb, 03/04, ALT-4560. R$ 2.300,00; 33) Cancelado; 34) Mini Escavadeira Bobcat 325.R$ 32.000,00; 35) Trator Cortador de Grama Giro Zero Branco. R$ 6.320,00; 36) Retroescavadeira JCB. R$ 37.800,00; 37) Sucata Prensa. R$ 50,00; 38) Guincho – Perfuratriz Bate Estaca. R$ 3.300,00; 39) Carreta Tanque – Distribuidor de Adubo Orgânico. R$ 3.000,00; 40) Triturador Picador de Galhos. R$ 5.900,00. **Localização dos bens:** Prefeitura Municipal de Sertanópolis/PR. VISITAÇÃO: até o dia 14/12/2026 das 08h às 11h e das 13h às 16:00. Quem pretender arrematar, deverá efetuar cadastro/lance p/ site supra, no prazo de 24 horas de antecedência. Pgto.: à vista. Comissão, 5% do arremate. Os veículos serão vendidos livres e desemb. de ônus vencidos até a data do leilão, sob responsabilidade da Prefeitura Mun. Correrão p/ conta do arrematente, taxas de transf./despesas e demais débitos que surgirem. Débitos com vencimento após a data do leilão são de responsabilidade do arrematante. O edital poderá ser consultado também pelos interessados no site do Leiloeiro Oficial www.fabiobarbosaleiloes.com.br. Informações: e-mail contato@fabiobarbosaleiloes.com.br, site supra ou Tel. (44) 3211-0148. Em, 25/11/26.

Ana Ruth Secco – Prefeita Municipal
Fabio Gonçalves Barbosa – Leiloeiro Oficial



MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU/PR

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 21/2026-PMSI

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS LOCAIS PARA ACEITAÇÃO DO VOUCHER ALIMENTAR DO PROGRAMA "ILUMINANDO O NATAL NA MESA DAS FAMÍLIAS", VISANDO AO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 210/2025.

PERÍODO DO CREDENCIAMENTO: 30/11/2026 À 07/12/2026.

PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA DOS ENVELOES: 9h do dia 07/12/2026.

LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Sala de licitações e contratos da prefeitura municipal.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu - **Setor de Licitações**, localizada na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - Centro - CEP: 85.568-000, TEL: 0800 090 6545 – ramal 212, e-mail: compras@saudadedoiguacu.pr.gov.br

Saudade do Iguaçu, 26 de novembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
PREFEITO MUNICIPAL











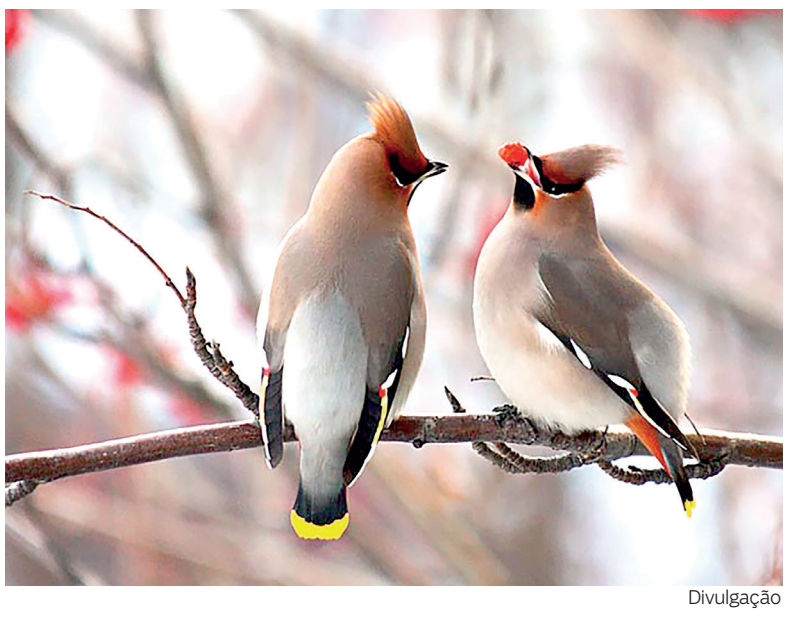


PARA COMEÇAR O DIA



Tânia Moreno Camargo
taniamorenocamargo@hotmail.com

A natureza do amor



Divulgação

● O amor, por si só, é a expressão exata da doação ilimitada, esse sentimento tão sublime que nos fascina e prende. Quando amamos verdadeiramente um ser, não podemos jamais tentar moldá-lo, isso tiraria toda a beleza, a naturalidade e o encantamento que cativa e nos faz amá-lo por sua pura essência.

O amor é o que nos impulsiona a deixarmos que sigam seu próprio caminho, que se lancem nos desafios que a vida lhes oferece e que aprendam com seus desenganos. Talvez tropecem algumas vezes, mas aprenderão com tentativas. Esta liberdade que proporcionamos é o que nos liga firmemente a quem tanto gostamos e queremos cuidar. Aquele a quem damos o livre arbítrio estará espontaneamente ao nosso lado, já que todo atenção que doamos nos possibilita conquistas duradouras com delicados laços de carinho e de confiança.

Somente o amor sincero nos traz amigos verdadeiros, afetos puros e infinitos. A emoção que leva alguém a considerar a pessoa amada como um meio para ser feliz é o amor-apego, que tolhe, inibe e restringe a liberdade. Quem ama sinceramente sente alegria em dedicar-se ao ser amado, e não em fazer com que este lhe sirva para atender as suas vontades. Este desprendimento nos reconcilia com nossos melhores sentimentos, revela a mais bela face do amor e nos torna aptos a desfrutarmos de relacionamentos sólidos, felizes e duradouros.

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

28 Sáb — 19° 26° — 4.9mm — Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

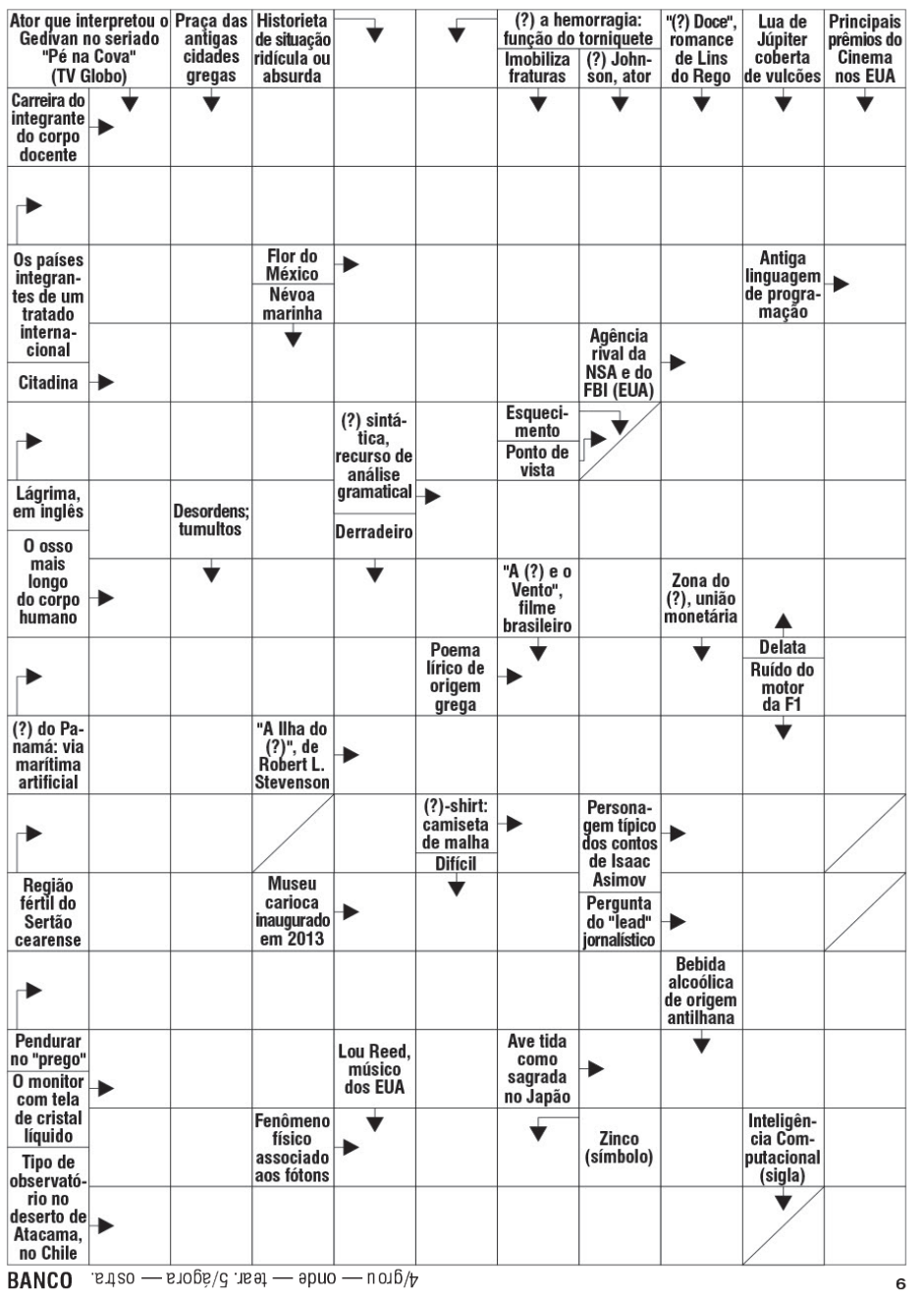
Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
19° 26°	19° 29°	4.9mm, 98% de chance	78% 92%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↙ NE/NNE - 9km/h	↙ NE/NNE - 34km/h	05:35h às 19:07h	Cheia

29 Dom — 20° 29° — 0.7mm — Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
20° 29°	20° 31°	0.7mm, 88% de chance	64% 88%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
← ENE - 7km/h	← ENE - 34km/h	05:35h às 19:07h	Cheia

CRUZADAS



BANCO — onde — ter. 5/agora — ostra. 4/grou

6



Solução

O	C	I	M	O	N	O	R	T	S	A					
R		U		Z	U	L		A	L						
					D		D	C	L						
O	C		R	A	O	R	G		R	O	U				
P	E	N	H	O	R	A	M	A	R		E	B			
		O		R	A	R		M	O	N	B	O			
C	A	R	I	R		T		I	R	O	B	O			
	L	C		T	E	S	O	U	R	O					
C	A	N	A	L		O	D	E		L					
	F	E	M	U	R	A	R	V	O	R	E	T	G		
		L		U		A	R	H	A	R	T	E	A	R	
					C			O	L			U	R	B	A
		G	O		D	A	L	I	A		C	I	A	N	A
S	I	G	N	A	T	A	R	I	O	S					
	M	A	G	I	S	T	E	R	I	O					
				P	E										

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PLASTIVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS
www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO
Cada toner por R$ 39,00
5 toners por
R$ 195,00*



*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT
Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR
45 9 9929-2660
45 3096-8200
artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editora Okavango LTDA
CNPJ 39.583.156/0001-88

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* ***Gazeta do Paraná***

Editorial

O preço da impunidade

● O desvio de recursos públicos produz consequências que ultrapassam os valores registrados nos processos judiciais. Cada quantia retirada irregularmente dos cofres públicos representa investimentos que deixaram de ser realizados, serviços que poderiam ter sido ampliados e necessidades coletivas que permaneceram desatendidas. Quando o Estado não consegue recuperar esses recursos, o prejuízo acaba sendo absorvido pela própria sociedade.

No Brasil, a distância entre a identificação de uma irregularidade e o efetivo ressarcimento ao erário constitui um dos grandes desafios do combate à corrupção. Investigações, auditorias e ações judiciais podem se arrastar durante anos, enquanto a recuperação do patrimônio público esbarra em sucessivos recursos, controvérsias jurídicas e dificuldades para localizar bens. A responsabilização, mesmo quando reconhecida judicialmente, nem sempre se traduz na devolução do dinheiro.

É evidente que o contraditório e a ampla defesa são garantias indispensáveis ao Estado Democrático de Direito. Não se trata de defender condenações sumárias ou de relativizar direitos fundamentais em nome do combate à corrupção. O que precisa ser discutido é a capacidade das instituições de assegurar que essas garantias coexistam com a efetividade da Justiça, sem que a duração dos processos inviabilize a reparação dos danos comprovadamente causados.

A discussão sobre a prescrição das ações de ressarcimento também evidencia a complexidade do problema. A jurisprudência brasileira reconhece a imprescritibilidade das pretensões de ressarcimento fundamentadas em atos dolosos de improbidade administrativa. Entretanto, a aplicação desse entendimento depende da análise das circunstâncias de cada caso, o que exige investigações consistentes e decisões devidamente fundamentadas.

Outro aspecto que merece atenção é a transparência dos resultados. A divulgação de operações policiais, bloqueios patrimoniais e condenações costuma receber grande destaque, mas raramente desperta o mesmo interesse a informação sobre quanto dinheiro efetivamente retornou aos cofres públicos. Valores bloqueados não equivalem necessariamente a valores recuperados, assim como uma condenação não significa que o prejuízo tenha sido integralmente reparado.

É necessário que os órgãos de controle e as instituições do sistema de Justiça aprimorem seus mecanismos de acompanhamento e prestação de contas, permitindo que a população conheça não apenas os montantes envolvidos nas irregularidades identificadas, mas também os resultados concretos das medidas adotadas para recuperar esses recursos.

Em um país marcado por profundas desigualdades e constantes restrições orçamentárias, a recuperação do patrimônio público não pode ocupar uma posição secundária nas políticas de enfrentamento à corrupção. A responsabilização dos envolvidos e a reparação dos danos são dimensões complementares da proteção ao interesse coletivo.

A impunidade também tem uma dimensão econômica. Quando o dinheiro desviado não retorna aos cofres públicos, a sociedade continua pagando por uma irregularidade que não cometeu. E nenhuma política de combate à corrupção estará plenamente consolidada enquanto a recuperação dos recursos públicos permanecer aquém da capacidade de identificar os prejuízos.

O desatinado crime de lavagem de dinheiro também é brasileiro

Filipe
MAIA BROETO

**Advogado criminalista, doutorando em Direito Penal, mestre em Direito Penal Econômico e da Empresa e especialista em Direito Penal Econômico, Ciências Penais e Direito Público*

Em 2009, Miguel Bajo Fernández, catedrático da Universidad Autónoma de Madrid, publicou estudo de título deliberadamente incômodo, El desatinado delito de blanqueo de capitales, no qual qualifica a lavagem como exemplo de atentado aos princípios do Direito Penal liberal, sobretudo ao da legalidade, e adverte que, diante dela, um jurista sensível às garantias individuais não pode permanecer calado.

Embora dirigida ao Código Penal espanhol, cuja disciplina Bajo Fernández reputava incapaz de atender a qualquer dos requisitos indispensáveis à legitimação do delito, a crítica aplica-se quase na íntegra à Lei 9.613/98.

Não se trata de objeção inédita no debate nacional, haja vista as críticas já formuladas em estudos publicados no Brasil, às quais o texto do penalista espanhol oferece moldura comum; o que se verifica, em realidade, é que o problema não reside em excessos pontuais de aplicação, mas na própria estrutura do tipo penal — fruto da notória, irrefreável e, em igual medida, lamentável expansão por que passa o Direito Penal.

Da emergência à regra

Como salienta Bajo Fernández, o delito de lavagem de capitais nasce como apêndice da persecução ao narcotráfico e ao terrorismo, delitos cuja "carga emocional" rompe qualquer sensibilidade garantista. Posteriormente, na esteira expansionista já criticada, o branqueamento estende-se aos delitos graves e, por fim, a todos.

O Brasil também percorreu esse caminho "progressivo", na medida em que a Lei 9.613/98 nasceu com rol taxativo de antecedentes, e sua Exposição de Motivos, menos "desatinada" que as reformas posteriores que se seguiram, advertia que, sem esse filtro, até o autor de furto de pequeno valor que comprasse um relógio com o produto responderia por lavagem. O pensamento de outrora era mais consentâneo à racionalidade que deve(ria) permear o Direito Penal.

Para provar que nem tudo se aperfeiçoa com o passar do tempo, em 2012, a Lei 12.683 suprime o rol taxativo de crimes antecedentes e substitui a elementar "crime" por "infração penal". A partir de então, qualquer infração penal passou a servir de antecedente, desde que tenha aptidão para gerar valores aptos à posterior "reciclagem". A tendência não arrefeceu em âmbito nacional: em 2026, a Lei 15.358 voltou a alterar a Lei de Lavagem, e o PL 3.019/2026, apresentado no Senado, propõe elevar penas.

Desnecessária e perturbadora

Para Bajo Fernández, a figura delitiva da lavagem ostenta duas características: é desnecessária, porque se sobrepõe à receptação e ao "encobrimento" e perturbadora, porque, desvinculada do crime antecedente, perde um objeto de proteção identificável.

As duas objeções transitam sem adaptação para o direito brasileiro, visto que o Código Penal já pune a receptação (artigo 180) e o favorecimento real (artigo 349), ao passo que também a doutrina nacional, ao discorrer sobre o bem jurídico tutelado pelo crime de lavagem de capitais, oscila entre ao menos quatro correntes de pensamento, sem alcançar consenso.

O autor acrescenta que, se lavar é reconduzir à legalidade dinheiro subtraído ao controle fiscal, descreve-se uma conduta desejável, coincidente com o objetivo da própria fiscalização estatal, inclusive porque o chamado dinheiro sujo nem sempre tem origem delitiva, dado que na denominada economia submersa "se suelen incluir, aparte del contrabando, el tráfico de drogas, la prostitución, los delitos fiscales y contra el medio ambiente, actividades lícitas aunque al margen de la economía monetaria como el autoconsumo, abundante en los grupos agrarios, y el trueque, fenómeno que se viene desarrollando en los países industrializados entre profesionales".

Desvinculada do crime antecedente, a lavagem só se explica pelo perigo presumido de que o dinheiro sirva para retroalimentar a atividade criminosa, de modo que o que se busca, por meio dela, é a asfixia econômica das organizações criminosas. Esse tipo penal tem amplo espaço porque o Estado falha na persecução penal dos crimes antecedentes. Dada a incapacidade de punir os "delitos principais", revela-se mais confortável perseguir o dinheiro e punir as manifestações de riquezas oriundas de delitos antecedentes, que podem jamais investigados.

Ora, se o propósito é privar o agente do proveito do crime, o ordenamento já dispõe do perdimento (artigo 91, II, b, do CP) e do confisco alargado (artigo 91-A). Esse caminho, sem embargo, imporia ao Estado o ônus de provar o delito antecedente, em vez de compensar sua ineficiência com a expansão dos critérios de imputação. Diante de uma "ponderação de valores", em um Estado em que o Direito Penal só aumenta em vez de diminuir, é evidente que se dará maior peso à comodidade persecutória em detrimento dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo. Desse cenário dimanam, pelo menos, quatro aspectos dignos de nota, a saber.

Autolavagem

Diferentemente da Espanha, em que há previsão expressa para a punição da autolavagem, no Brasil a Lei 9.613/98 é silente. Se a lei é omissa nesse ponto, parece claro que não se poderia punir alguém a partir de um vácuo normativo. É justo pelo fato de omissões não criminalizarem comportamentos que Espanha, Portugal e Itália tipificaram, expressamente, a figura da autolavagem.

Segundo se entende, mesmo uma criação legislativa formal válida do crime teria como resultado material um delito ilegítimo, incompatível com os princípios penais liberais. Ainda que houvesse previsão, portanto, incidiria o princípio da consunção, visto que, para o autor do crime, a ocultação é meio para a fruição do proveito, fato posterior copenado. A diversidade de bens jurídicos não impede a absorção, como o demonstra a Súmula 17 do STJ.

Não se desconhece que doutrina e jurisprudência majoritárias admitem a autolavagem, em que pese o STF, nos embargos infringentes da AP 470, ter reconhecido que o recebimento dissimulado da vantagem integrava a própria corrupção passiva. A prática forense, entretanto, foi além e tornou comum imputar lavagem à compra de bens em nome do próprio autor, cada bem convertido num crime autônomo: três carros, duas motos, uma casa e cinco relógios somam onze imputações e 33 anos de pena mínima.

Direito Penal

O segundo requisito de Bajo Fernández, com o qual também se concorda e que defende vedar-se à lavagem pena superior à do delito precedente, é ignorado por uma lei que comina reclusão de 3 a 10 anos, independentemente da infração de origem. Daí resulta, por exemplo, que a lavagem do produto do jogo do bicho, contravenção cuja pena máxima é de um ano de prisão simples, tem pena mínima que triplica a da infração de origem.

É como se fosse uma "teoria da gravitação jurídica às avessas no Direito Penal", por meio da qual se compram os pneus, e o carro vem junto; compram-se teclado e mouse, acessórios que são, mas leva-se também a unidade de processamento central (CPU).

Sabe-se que tais afirmações parecem absurdas. A verdade é que essas afirmações, para além da aparência, são absurdas em essência, assim como absurdo também o é punir-se com pena de reclusão de três a dez anos aquele que utiliza o dinheiro proveniente de uma mera contravenção penal.

O exemplo da lavagem e do jogo do bicho é elucidativo por revelar "o pior dos dois mundos": autolavagem e desproporcionalidade da pena do dito "crime parasitário" quando comparada à pena da infração de origem ou, como é mais comum dizer-se no Brasil, antecedente.

Para além do exemplo referido, outros tantos despontam como problemáticos e merecem reflexão e crítica. Citam-se, apenas a título de ilustração, o crime tributário como delito antecedente, o regime da Súmula Vinculante 24 e interpretação para fins de tipificação do crime de lavagem, o pagamento do tributo como causa extintiva da punibilidade e possibilidade de punição pelo crime de lavagem etc.

Esses problemas seriam facilmente evitados com o afastamento da famigerada autolavagem. Como tal solução parece sempre caminhar dois passos à frente, propôs-se, em estudo anterior, um critério interpretativo de redução de danos, segundo o qual, mantida a criminalização, a pena da lavagem não deve ultrapassar a do crime antecedente, solução que o Código Penal português adotou expressamente em 2017 e que Bajo Fernández defendeu a seu tempo.

Julgamento do crime

Bajo Fernández registra a divergência sobre a necessidade de condenação pelo delito prévio e qualifica como lógica a posição de Cobo del Rosal, para quem, sem sentença firme, não há "delito" de onde provenham os bens. No Brasil, a questão ganha estatura constitucional, em razão do artigo 5º, LVII, da Constituição. Não obstante, a Lei 9.613/98 dispensa o julgamento do antecedente, contenta-se com "indícios suficientes" e admite a punição ainda que extinta a punibilidade dele (artigo 2º, II e § 1º), de modo que se condena alguém por ocultar o produto de uma infração jamais declarada por sentença, cujo autor segue "presumidamente" inocente quanto ao suposto crime gerador dos "ativos reciclados".

O paradoxo agrava-se sobremodo quando a infração antecedente é alcançada pela prescrição, hipótese já tratada em texto publicado nesta ConJur, Prescrição penal e presunção de inocência, no qual se demonstrou que a prescrição do antecedente, embora preserve formalmente a inocência, priva o acusado do julgamento de mérito que poderia absolvê-lo e, assim, protegê-lo da imputação de lavagem. Como a demora é do Estado e as consequências recaem sobre o cidadão, a inocência que resta ao final não impede que o mesmo fato, sobre o qual nunca houve processo de cognição exauriente, sirva de pressuposto para a condenação por branqueamento.

O risco apontado é concreto, como bem o demonstrou a APn 927/DF, na qual a Corte Especial do STJ condenou um conselheiro de tribunal de contas a 13 anos por lavagem, posto que os atos de corrupção antecedentes estivessem prescritos e sequer tivessem sido denunciados, a partir da contemporaneidade dos depósitos e da falta de prova, pelos réus, da licitude dos valores.

Cabe à acusação demonstrar o nexo entre a ocultação e o crime antecedente, e não ao acusado provar a licitude de seu patrimônio. À luz dessas premissas, os "indícios suficientes" do artigo 2º, § 1º, só podem ser lidos como requisito para o recebimento da denúncia, jamais como padrão de prova para a condenação, que exige o antecedente provado além de dúvida razoável; de lege ferenda, o caminho coerente com a Constituição é exigir a condenação definitiva pelo delito prévio.

Tipo penal como delito de captura

O quinto requisito que propõe Bajo Fernández para haver possibilidade de legitimidade do crime de lavagem de capitais é a ausência de modalidade culposa. Formalmente, é o único que o direito brasileiro atende. Na prática, entretanto, não raras vezes, punem-se como dolo — ao também cômodo argumento do dolo eventual, baseado numa incompatível teoria da cegueira deliberada — comportamentos manifestamente negligentes. Essa flexibilização da imputação subjetiva, somada à dispensa de prova plena do antecedente, não é obra do acaso, porquanto revela a função que efetivamente se atribui ao tipo.

Consoante se registrou em outra oportunidade, com apoio em Ana Carolina Carlos de Oliveira, a lavagem opera como verdadeiro "portão de entrada processual", destinado a facilitar a atividade investigativa do Estado e a fornecer elementos para a repressão dos delitos precedentes, de modo que se atribui um bem jurídico a um tipo, e não um tipo a um bem jurídico. Dito de outro modo, com amparo nas lições de Luiz Phelipe dal Santo, trata-se de verdadeiro delito de captura, na medida em que a criação da figura típica se apresenta como resposta à insuficiência dos mecanismos tradicionais de investigação e repressão penal.

Malgrado se apresente como tutela da ordem econômica ou da administração da justiça, o crime de lavagem cumpre, a rigor, função de atalho probatório, e é por isso que tende a alcançar todo aquele que tenha tocado bens cuja origem o Estado não logrou esclarecer, os quais haverão de ser perdidos, caso o agente que os possua não consiga, ele próprio, demonstrar quando adquiriu, como adquiriu e de quem adquiriu.

Do geral, pode-se concluir que tem razão Bajo Fernández em suas não poucas críticas ao desatinado crime de lavagem de dinheiro. Enquanto não houver rejeição efetiva e duradoura por parte da comunidade jurídica, legislações problemáticas e precedentes mais problemáticos ainda continuarão a ser invocados como verdadeiros apotegmas, infensos a toda crítica.

Política & CIA

Disputa orçamentária

A COMISSÃO DE ORÇAMENTO da Assembleia Legislativa do Paraná recebeu cerca de 6,3 mil propostas de alterações ao orçamento estadual de 2027. O deputado Evandro Araújo será responsável pelo relatório da matéria, que orientará a discussão sobre a distribuição dos recursos públicos no próximo exercício. A análise das emendas antecede a votação do orçamento em plenário e envolve a compatibilização das demandas apresentadas pelos parlamentares com as receitas e despesas previstas pelo Executivo.

Encontro de gestões

A Frente Parlamentar da Primeira Infância da Assembleia Legislativa reúne, na segunda-feira (30), o atual secretário estadual da Educação, Roni Miranda, e a futura titular da pasta, Fátima Gavioli. Coordenado pela deputada Maria Victoria (PP), o encontro terá como tema as políticas de educação e saúde destinadas às crianças. A presença dos dois gestores na mesma reunião ocorre em meio à transição administrativa para o próximo mandato estadual.

Colégios agrícolas

A Assembleia Legislativa deve votar na segunda-feira (30) o Projeto de Lei Complementar 17/2026, de autoria dos deputados Professor Lemos (PT) e Hussein Bakri (PSD). A matéria permite que agentes educacionais II, integrantes do Quadro dos Funcionários da Educação Básica, permaneçam na função de inspetor de internato nos colégios agrícolas e no colégio florestal da rede estadual. O texto acrescenta dispositivo à Lei Complementar 123/2008 e também disciplina a jornada de trabalho desses profissionais.

Isenção de IPVA

O deputado Cobra Repórter (PSD) apresentou projeto que amplia de 155 para 185 cavalos o limite de potência dos veículos que podem receber isenção de IPVA destinada a pessoas com deficiência. Segundo a justificativa divulgada pela Assembleia Legislativa, a proposta busca adequar a legislação estadual às mudanças tecnológicas da indústria automobilística e ampliar as opções de veículos disponíveis aos beneficiários. A alteração ainda depende de aprovação legislativa e não modifica imediatamente as condições para a concessão do benefício.

Rota do rock

O Paraná passou a contar com uma rota turística e cultural dedicada ao rock. A lei, de autoria do deputado Delegado Tito Barichello (PL), contempla 12 municípios e prevê a valorização de festivais, eventos e manifestações culturais relacionados ao gênero musical. A iniciativa insere essas atividades no conjunto de ações de promoção turística do estado. A instituição da rota não equivale, por si só, à destinação de recursos específicos para os eventos realizados nos municípios contemplados.

Auditorias federais

A Controladoria-Geral da União (CGU) enfrenta questionamentos internos sobre o procedimento de divulgação de relatórios de auditoria. Segundo reportagem do UOL, seis diretores e dois secretários deixaram seus cargos em meio à discussão. Em documento de 16 de novembro, 33 servidores contestaram a exigência de registro de ciência da direção antes da publicação dos relatórios. O debate envolve o fluxo de divulgação de informações produzidas pela fiscalização da administração federal e os prazos para disponibilização dos documentos.

Resposta da CGU

Em nota divulgada na quinta-feira (26), a Controladoria negou que existam relatórios represados. O órgão informou que publicou mais de 720 auditorias em 2026, das quais 32 foram disponibilizadas em novembro. Os 199 relatórios mencionados nas reportagens, segundo a CGU, foram divulgados entre setembro e outubro, após análise jurídica sobre as restrições aplicáveis ao período eleitoral. Os documentos podem ser consultados pela população no sistema eletrônico de auditorias da Controladoria.

Quarentena regulatória

O Senado aprovou regime de urgência para o Projeto de Lei 2.896/2022, que altera as condições para indicação de dirigentes de agências reguladoras federais. O substitutivo da senadora Eliziane Gama (PSD-MA) mantém as restrições atualmente aplicáveis às empresas estatais, mas elimina o prazo de afastamento prévio de três anos de determinadas atividades político-partidárias para dirigentes de agências. A proposta exige o desligamento dessas funções até a posse e mantém a análise dos nomes indicados pelo Senado. A votação do mérito está prevista para 1º de dezembro.

Reação empresarial

Mais de cem entidades empresariais e representativas de diferentes setores divulgaram manifesto contrário à flexibilização das regras de nomeação nas agências reguladoras. Os signatários defendem a manutenção do período de afastamento e o exame da proposta pelas comissões do Senado. A relatora sustenta que a mudança amplia o universo de profissionais que podem ocupar os cargos, preservando a sabatina parlamentar. As alterações propostas ainda não estão em vigor e, caso o Senado modifique o texto aprovado pelos deputados, a matéria retornará à Câmara.

Emendas parlamentares

O julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre o afastamento de uma ex-assessora do deputado Arthur Lira das atividades relacionadas à destinação de emendas parlamentares foi interrompido por pedido de vista do ministro Cristiano Zanin. A suspensão adia a conclusão da análise colegiada. O caso integra as discussões judiciais sobre a execução das emendas ao orçamento federal e os mecanismos de controle da aplicação desses recursos.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana





A JORNALISTA Rosângela Servilheiri, de bem com a vida *Arquivo pessoal*

•Atualizações sobre o câncer (parte I)
Nenhum recipiente de plástico no micro. Nenhuma água em garrafa plástica no congelador. Nenhuma cobertura de plástico no microondas. Nada de papel fi lme para cobrir alimentos no micro. Dioxina causa câncer, especialmente de mama. Dioxinas são altamente danosas às células do nosso corpo.

(parte II)
Não gele água em garrafa plástica; não aqueça comida em recipientes de plástico no microondas, nem utilize tampas de material plástico. Isso se aplica especialmente às comidas que contêm gorduras. A combinação de gordura e calor alto libera a dioxina do plástico, impregnando os alimentos e as células do nosso corpo. Isso vale também para comida instantânea (sopa, pipoca, macarrão...), deve ser removida da embalagem e preparada em outro recipiente.



AS PRIMAS Edninha Oliveira e Sonia Cruz no circuito festivo *Arquivo pessoal*



Charles Garbin

Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana



pada
@padariagarbin





Saudade Não Tem Idade

Fecivel em construção na década de 1970

EM 1972 FOI CRIADA em Cascavel Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (Fecivel), primeira Instituição de Ensino Superior da região Oeste do Paraná. Sua aula inaugural ocorreu em 16 de agosto de 1972 no Cine Delfim proferida pelo Governador do Paraná, Parigot de Souza.

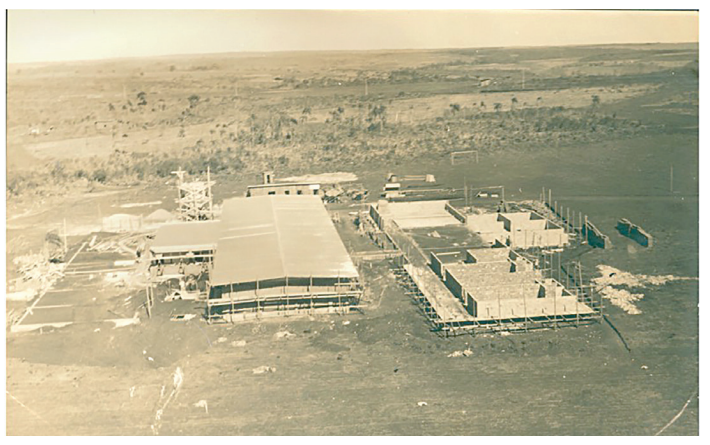
Dez anos depois, já em 1982, um projeto de transformação da Fecivel para Universidade Municipal de Cascavel, foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, recebendo parecer favorável n° 191/82. O pedido de reconhecimento para se tornar Universidade, foi então enviado ao Ministério da Educação.

Por meio de ato federal, o reconhecimento tão esperado não ocorreu devido à política adotada pelo Governo federal, na época, contrária à criação de novas universidades no País. Diante disso, a comunidade universitária procurou viabilizar meios para que a necessidade de crescimento do ensino superior na região não fosse interrompida pela falta de estrutura das Instituições de Ensino Superior.

Nessa oportunidade, surgiu a ideia de reunir as faculdades dos municípios de Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Candido Rondon e Cascavel para formar uma única universidade que viesse atender à demanda de crescimento da região. Grandes movimentos sociais e autoridades constituídas se envolveram em prol da criação da Universidade Federal do Oeste do Paraná.

A equipe envolvida no movimento recebeu a garantia do governador do Estado, José Richa, de que seria, então, criada uma Universidade Estadual no Paraná, caso o projeto não fosse aprovado pelo Governo Federal. O pedido de federalização da universidade não obteve êxito e, em 1987, o Decreto Estadual n° 399/87 institucionalizou a Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná (Funioeste). Pelo Decreto da Lei Estadual n° 9.896, de 8 de fevereiro de 1992, o então governador Roberto Requião transformou a Fundação em Autarquia, criando a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Entretanto, o reconhecimento como universidade veio em dezembro de 1994, ano em que também foi anunciado o projeto de expansão tanto da estrutura física como de seus cursos. Dando continuidade ao projeto de expansão, em 1998 a Unioeste passou a contar com mais um campus, o de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Estado. Além disso, no final de 2000, o Hospital Universitário do Oeste do Paraná passou a integrar a estrutura da Unioeste.



Unioeste/Biblioteca IBGE

Inauguração da Estação Ferroviária de Mandaguari – 1954

Do acervo de Marcos Fusco, o registro mostra a solenidade de inauguração da Estação Ferroviária de Mandaguari. Parte integrante da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), o local entrou em funcionamento em 1954, sendo desativado em 1981. Posteriormente, o mesmo endereço abrigou a rodoviária da cidade, que permaneceu ali até 2002.



Estações Ferroviárias do Brasil / Foto - Acervo de Marcos Fusco / Acervo Paraná Histórica

Zeppelin sobre Curitiba em 1936

Registro do dirigível alemão Hindenburg sobrevoando Curitiba em 1° de dezembro de 1936, durante viagem entre a Alemanha e a América do Sul. O veículo aéreo alemão era o maior dirigível do mundo na época.

A passagem do Zeppelin pelo Paraná marcou a memória de muitos curitibanos e por anos as imagens registradas do passeio foram utilizadas em cartões-postais vendidos nas bancas da cidade. O dirigível, visto na fotografia ao lado da Catedral, explodiu em maio do ano seguinte, próximo à cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

O nome da cidade é, justamente, uma homenagem ao também município de Ortigueira, na província de Corunha, na Espanha, de onde teriam saído os espanhóis que iniciaram as expedições na região no século XVII.



Arquivo Público

AGRO

Mercado agrícola Plantio da soja alcança 89% da área prevista para a safra 2026/2027, enquanto chuvas que assolaram o Estado pressionam produção de tomate e elevam preços ao produtor

Soja avança no Paraná e saca supera R$ 140; tomate é o 'vilão' e sobe 64%

Com o clima mais favorável, plantio da soja avança no Paraná e preços superam R$ 140, enquanto excesso de chuvas afeta tomate e outras atividades



Soja avança no Paraná e preço supera R$ 140 por saca, aponta Deral José Fernando Ogura/AEN

Cascavel
GABRIEL PORTA

O PLANTIO da soja no Paraná chegou a 89% da área estimada para a safra 2026/2027, avanço de 10 pontos percentuais nas últimas duas semanas. A melhora das condições climáticas favoreceu a retomada dos trabalhos no campo, enquanto os preços pagos aos produtores ultrapassaram R$ 140 pela saca de 60 quilos, nos maiores valores nominais desde abril de 2023.

Os dados constam no boletim conjuntural da semana 47, divulgado pelo Departamento de Economia Rural (Deral), vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab). Segundo o levantamento, as lavouras já emergidas apresentam bom vigor e condições adequadas de umidade no solo.

A estabilização do tempo permitiu intensificar a semeadura e os trabalhos de manejo em diferentes regiões do Estado. No mercado, a valorização da soja no Paraná foi influenciada principalmente pela desvalorização do real frente ao dólar, que compensou a queda das cotações internacionais da commodity na Bolsa de Chicago, nos Estados Unidos.

Segundo o engenheiro agrônomo do Deral, Carlos Hugo Godinho, o cenário cambial pode favorecer produtores que compraram insumos nos meses anteriores, quando o real estava mais valorizado. Ele também aponta que, somada às regras para renegociação de dívidas rurais estabelecidas pela Medida Provisória nº 1.376/2026, a conjuntura pode contribuir para reduzir a inadimplência no setor.

Tomate registra alta de 64%

O excesso de chuvas afetou a produção de tomate no Paraná e pressionou as cotações. Na primeira safra 2026/2027, a cultura ocupa 2,5 mil hectares no Estado, área 2,7% maior que a da temporada anterior. Cerca de 75% do plantio já foi concluído.

A produção estimada é de 177,3 mil toneladas, com rendimento médio projetado de 70,7 toneladas por hectare.

Na parcial de novembro, o produtor recebeu, em média, R$ 242,42 pela caixa de 23 quilos, equivalente a R$ 10,54 por quilo. Em outubro, o valor médio era de R$ 147,58, o que representa aumento de 64,3%.

De acordo com o engenheiro agrônomo do Deral, Paulo Andrade, as chuvas provocaram perdas na quantidade e na qualidade dos frutos. Os temporais também podem danificar estruturas das propriedades e comprometer fertilizantes e outros insumos.

No atacado, a caixa de 20 quilos do tomate extra AA longa vida foi cotada a R$ 270 na Ceasa de Curitiba.

O preço caiu 10% em relação à semana anterior, mas permanece 22,7% acima do valor registrado no mesmo período de outubro.

NÚMEROS

Produção paranaense

- **Soja:** 89% da área prevista para a safra 2026/2027 plantada
- **Soja:** saca de 60 quilos acima de R$ 140
- **Tomate:** alta 64,3% no preço médio ao produtor em novembro
- **Tomate:** produção estimada em 177,3 mil toneladas
- **Frango:** custo de produção de R$ 5,04 por quilo em outubro
- **Suíno:** custo de produção de R$ 6,09 por quilo
- **Leite:** produtor recebeu R$ 2,76 por litro na última semana

Custo do frango

Na avicultura, o custo de produção do frango de corte vivo no Paraná chegou a R$ 5,04 por quilo em outubro. O valor representa alta de 1,61% em relação a setembro e de 10,77% na comparação com outubro de 2025.

Os dados são da Central de Inteligência de Aves e Suínos (CIAS), da Embrapa Suínos e Aves. A alimentação responde por 64,48% do custo total da atividade e atingiu R$ 3,32 por quilo, aumento de 15,68% em 12 meses.

O preço médio recebido pelo produtor paranaense foi de R$ 4,91 por quilo em outubro, alta de 3,37% em relação ao mês anterior.

Na suinocultura, o custo de produção recuou 0,65% em outubro na comparação com setembro, chegando a R$ 6,09 por quilo. Já o preço médio recebido pelo produtor subiu 6,96% no período, passando de R$ 5,17 para R$ 5,53 por quilo. Mesmo com a recuperação, a cotação permanece abaixo do custo de produção.

Leite recua

Na pecuária leiteira, a disponibilidade maior de pastagens nesta época do ano favorece a produção e reduz a necessidade de suplementação alimentar. Com o aumento da oferta, o preço recebido pelo produtor paranaense caiu 1,33% na última semana, chegando a R$ 2,76 por litro.

No atacado, o leite longa vida integral registrou cotação média de R$ 4,74, recuo de 1,52%. Já o queijo muçarela apresentou pequena variação, passando de R$ 33,91 para R$ 34,05.

O médico-veterinário do Deral, Thiago De Marchi da Silva, também aponta que o excesso de umidade pode favorecer casos de mastite nos rebanhos, doença que pode comprometer a qualidade do leite e a produtividade dos animais.

Chuvas e doenças pressionam produção e rentabilidade da mandioca no Paraná

Valorização da raiz não compensa despesas acumuladas, enquanto problemas climáticos reduzem produtividade, antecipam colheitas e limitam oferta às indústrias

Gabriel Porta
Cascavel

●O excesso de chuvas, a disseminação de doenças nas lavouras e o aumento dos custos de produção pressionam a cadeia da mandioca no Paraná. Mesmo com a valorização da raiz no mercado, agricultores ainda enfrentam dificuldades para recuperar a rentabilidade, enquanto as indústrias processadoras lidam com oferta restrita e preços da matéria-prima que avançam mais do que os derivados.

Dados do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, mostram que a tonelada de mandioca foi comercializada, em média, a R$ 582,37 em outubro. No mesmo mês de 2025, o valor era de R$ 544,20, uma alta de 7% em um ano.

Para o presidente do Sistema Faep, Ágide Eduardo Meneguette, a valorização ainda está distante de compensar as despesas acumuladas pelos agricultores. Segundo ele, os preços precisariam subir pelo menos 20% para recuperar a rentabilidade e permitir a manutenção dos investimentos nas propriedades.

As condições climáticas também aumentaram os custos de manejo. A umidade favorece doenças que provocam desfolha das plantas e apodrecimento das raízes, exigindo aplicações adicionais de produtos para controle fitossanitário.

Segundo Marlon Francis Zeferino, técnico de campo da Assistência Técnica e Gerencial (Ateg) do Sistema Faep, uma operação com protetivo, produto biológico e fungicida custa entre R$ 145 e R$ 210 por hectare. A necessidade de repetir o tratamento pode elevar ainda mais as despesas.

O avanço das doenças também alterou o planejamento de parte dos produtores. Lavouras que haviam sido podadas para permanecer no campo até fevereiro ou março de 2027 estão sendo colhidas antecipadamente, diante do risco de deterioração das raízes.



Chuvas e doenças pressionam produtores no Paraná Gustavo Ramirez

O Paraná já colheu mais de 80% dos 154 mil hectares destinados à cultura em 2026. A área plantada cresceu 7% em relação à temporada anterior, mas a estimativa do Deral é de produção de 3,8 milhões de toneladas, abaixo do volume de 2025. A menor produtividade média impediu que a expansão da área compensasse a redução na produção.

Oferta limitada

A retomada dos trabalhos no campo após o período de chuvas ainda teve pouco impacto sobre a disponibilidade de mandioca para as indústrias. Parte dos produtores tem resistido a comercializar a matéria-prima, na expectativa de novas valorizações.

A avaliação é de Fábio Isaias Felipe, analista do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). Segundo ele, a demanda permaneceu aquecida na última semana, enquanto a oferta de raízes continuou insuficiente para atender às necessidades das empresas processadoras.

Mesmo com a retomada da colheita em algumas regiões e a melhora das condições climáticas, os custos acumulados nas últimas safras mantêm as margens dos agricultores pressionadas. Em determinadas situações, os produtores seguem com rentabilidade negativa, apesar da valorização da mandioca.

Na indústria de fécula, os estoques limitados também restringem a liquidez das negociações. Os preços da matéria-prima avançaram mais do que os dos derivados nos últimos períodos, comprimindo as margens das empresas.

O ritmo de reposição de produtos nas prateleiras do varejo também tem desacelerado. Segundo Felipe, o movimento pode limitar a capacidade das indústrias de repassar integralmente o aumento dos custos da mandioca aos preços de venda.

No mercado de farinha, o Cepea observa fortalecimento da procura e aumento das cotações, em meio à disponibilidade restrita de raízes e à necessidade de abastecimento dos compradores.

AGRO

Alerta climático Projeção da CNA aponta risco de redução de 9,7% na produção em cenário de forte intensidade do fenômeno; entidade também debate royalties e controle de cargas exportadas à China

El Niño pode provocar quebra de 17,6 milhões de toneladas na safra brasileira

Forte intensidade do El Niño pode reduzir a próxima safra brasileira em 17,6 milhões de toneladas, segundo projeção apresentada à CNA



Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas se reuniu na quarta (18) CNA/divulgação

Cascavel
DA REDAÇÃO

PROJEÇÃO

Próxima safra

- **Cenário de neutralidade climática:** 181,2 milhões de toneladas.
- **Possível quebra em caso de El Niño forte:** 17,6 milhões de toneladas.
- **Redução projetada:** 9,7%.
- **Fatores de risco:** irregularidade das chuvas, estresse hídrico, atrasos no plantio e perda de potencial produtivo.

A POSSIBILIDADE de uma quebra de 17,6 milhões de toneladas na próxima safra brasileira, caso o El Niño se manifeste com forte intensidade, esteve entre os principais assuntos discutidos pela Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), na quarta-feira (18). O colegiado também tratou da cobrança de royalties de biotecnologias e de notificações envolvendo resíduos e pragas quarentenárias nas exportações para a China.

A projeção foi apresentada por Daniel Machado, da Serasa Experian, durante análise dos efeitos do fenômeno climático sobre a produção agropecuária. Segundo ele, a irregularidade das chuvas e o estresse hídrico podem provocar atrasos no plantio e comprometer a produtividade.

Caso o El Niño se confirme com forte intensidade, a produção poderá recuar 17,6 milhões de toneladas, uma redução de 9,7% em relação ao cenário de neutralidade climática, estimado em 181,2 milhões de toneladas.

Machado destacou que os efeitos do fenômeno variam conforme a intensidade e a região e também dependem de medidas adotadas nas propriedades, como a escolha de sementes mais tolerantes às condições climáticas e o manejo do solo para melhorar a retenção de água.

"O El Niño não é só chuva, são diversos efeitos e depende da intensidade, regiões. E isso vai além das questões climáticas, inclusive do que depende dos produtores rurais, desde utilizar sementes mais tolerantes aos efeitos climáticos ao manejo do solo com cobertura que faça melhor retenção de água, por exemplo", afirmou.

Royalties e certificação de sementes

A comissão também discutiu a gestão da propriedade intelectual de biotecnologias utilizadas em sementes de soja. Ariel Leal, representante da Bayer, apresentou o Cultive Biotec, modelo de gestão coletiva voltado ao tema.

Durante a apresentação, foi detalhado o funcionamento do Conexão Biotec, canal que permite aos produtores consultar saldos e extratos, abrir e acompanhar chamados e acessar serviços relacionados ao licenciamento, como transferência de volume de isenção e solicitação de volume adicional.

A empresa também apresentou os resultados do Pré-certifica RS, iniciativa lançada na safra 2025/2026 para ampliar o acesso dos agricultores a sementes certificadas.

Controle de cargas

As notificações relacionadas a resíduos e pragas quarentenárias nas exportações brasileiras para a China também estiveram na pauta da comissão.

O diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal do Ministério da Agricultura, Hugo Caruso, informou que o órgão tem reforçado os controles nos terminais portuários para evitar que sementes tratadas sejam misturadas às cargas destinadas à exportação.

Essas sementes são destinadas ao plantio e recebem produtos, como fungicidas e inseticidas, antes da semeadura para protegê-las de doenças e pragas.

Caruso pediu apoio da CNA para desenvolver uma campanha de esclarecimento sobre a importância do controle. O presidente da comissão, Endrigo Dalcin, também defendeu a mobilização do setor.

"O volume de sementes tratadas é muito expressivo, não apenas entre os produtores, mas também no segmento industrial. Por isso, é fundamental que o setor esteja atento às normas e adote medidas preventivas, contribuindo para evitar prejuízos à cadeia produtiva e possíveis impactos nas exportações brasileiras", afirmou.

O diretor adjunto de Agronegócio da CNA, Maciel Silva, destacou ainda a atuação da entidade nas discussões sobre Limites Máximos de Resíduos (LMRs) e a importância do mercado chinês para as exportações brasileiras.

Silva ressaltou a necessidade de verificar a procedência dos produtos embarcados para evitar que agricultores sejam responsabilizados indevidamente por irregularidades relacionadas aos lotes exportados.

Cacau sobe em Nova York com chuvas no Equador; açúcar e café recuam

Inundações e doenças nas lavouras equatorianas elevam preocupação com a oferta de cacau, enquanto expectativas de maior produção pressionam café e açúcar registra sequência de perdas

Da Redação
Cascavel

- Os problemas climáticos no Equador impulsionaram os contratos futuros de cacau na Bolsa de Nova York nesta sexta-feira (20). A commodity subiu pelo segundo pregão consecutivo, diante de preocupações com a oferta global após fortes chuvas provocarem inundações e prejuízos nas áreas produtoras equatorianas. Café, algodão e açúcar, por outro lado, terminaram a sessão em queda.

O contrato de cacau com vencimento em março avançou 2,9%, cotado a US$ 5.304 por tonelada. A valorização levou os preços ao maior patamar em duas semanas.

O movimento ganhou força após relatos de que as chuvas no Equador provocaram inundações, destruíram estradas rurais, prejudicaram a qualidade dos grãos e favoreceram a disseminação de doenças nos cacaueiros. Os impactos sobre a produção alimentam preocupações com a oferta no mercado internacional.

COTAÇÕES

Bolsa de Nova York

- **Cacau (março):** alta de 2,9%, a US$ 5.304 por tonelada.
- **Café arábica (março):** queda de 1,08%, a US$ 2,68 por libra-peso.
- **Algodão (março):** queda de 0,16%, a 79,31 centavos de dólar por libra-peso.
- **Açúcar (março):** queda de 0,35%, a 17,07 centavos de dólar por libra-peso.



Cacau sobe em Nova York com problemas climáticos no Equador Tomaz Silva

Café

Os contratos futuros de café encerraram o dia em baixa em Nova York. O arábica com vencimento em março recuou 1,08%, para US$ 2,68 por libra-peso, atingindo a menor cotação em uma semana. A pressão sobre os preços está relacionada às expectativas de aumento da oferta mundial, especialmente com a perspectiva de maior produção brasileira.

Algodão

O algodão também terminou o pregão em queda. O contrato com vencimento em março recuou 0,16%, cotado a 79,31 centavos de dólar por libra-peso. Dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) apontam que os compromissos de exportação da commodity norte-americana somaram 6,2 milhões de fardos.

Açúcar

Os contratos futuros de açúcar ampliaram a sequência de perdas e encerraram a semana em baixa pela quinta vez consecutiva.

Mais+

Cultura | Entretenimento | Saúde | Tendências

Profissões No Festival Animage, professora da USP alerta que a rapidez da IA pode virar parâmetro para definir os prazos e o valor do trabalho de artistas



Divulgação/Arquivo

IA generativa muda o trabalho criativo, mas não extingue profissões, diz professora

No Festival Animage, no Recife, especialistas discutiram o impacto da tecnologia nos empregos da animação, na formação de artistas e no uso de obras para treinar sistemas

Cascavel
JULIA MARASCHI

UMA FERRAMENTA de inteligência artificial pode gerar uma imagem em segundos. O que acontece quando esse tempo vira referência para definir o prazo e o valor do trabalho de um artista? A questão foi levantada pela artista e professora da Universidade de São Paulo (USP) Giselle Beiguelman durante o Festival Internacional de Animação de Pernambuco, o Animage, no Recife.

Na avaliação de Giselle, a inteligência artificial generativa pode ser incorporada ao trabalho de designers e animadores, assim como a fotografia digital mudou a maneira de trabalhar dos fotógrafos. A artista, uma das pioneiras da arte digital no Brasil, defende que a produção de uma imagem a partir de um comando é apenas uma parte do processo criativo, que também exige repertório, escolhas e capacidade de interpretar o contexto. A tecnologia produz textos, imagens, vídeos, áudios e códigos de programação a partir de padrões aprendidos em grandes volumes de dados. No festival, o debate sobre a adoção dessas ferramentas no mercado de animação passou pelo risco de padronização de conteúdos e pela possibilidade de redução de postos de trabalho.

Velocidade

Um dos riscos apontados pela professora é que o tempo de produção da IA passe a definir os prazos e as expectativas sobre o trabalho humano. Na prática, a rapidez com que um sistema entrega uma imagem pode virar parâmetro para cobrar de um profissional um trabalho que envolve pesquisa, experimentação e revisão. "É óbvio que a conta é muito desigual e isso pode ter um impacto muito sério do ponto de vista social", afirmou Giselle.

Para a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da USP, a formação humanística ajuda os profissionais a usar essas ferramentas com autonomia. Na animação, ela cita a literatura, a música instrumental e o cinema como meios de ampliar o repertório e desenvolver a capacidade de imaginar cenas e personagens. Também defende modelos de ensino que deem mais espaço à formulação de perguntas, habilidade que ajuda o artista a definir o que deseja criar e avaliar o resultado.

Empregos e direitos

O diretor do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec), André Fernandes, avalia que a criação artística continuará, mas que a adoção da IA pode reduzir postos de trabalho nas atividades criativas. Para ele, a discussão sobre empregos precisa vir acompanhada de um debate sobre a regulamentação das empresas de tecnologia e o uso de obras protegidas por direitos autorais.

Fernandes questiona o uso de trabalhos de artistas no treinamento dos modelos sem remuneração aos autores. O ponto levantado no festival envolve as condições em que as empresas podem usar esse material e como os criadores devem ser remunerados quando suas obras integram as bases de treinamento.

Jonas Cardoso, presidente da União Democrática dos Artistas Digitais (UNIDAD), também criticou o uso de obras por sistemas generativos e defendeu a regulamentação das profissões criativas. Segundo ele, há profissionais que sequer conseguem se cadastrar como microempreendedores individuais (MEIs) e precisam abrir empresas em outros regimes para exercer a atividade. O debate integrou a 16ª edição do Animage, com programação no Recife até domingo (29).

FRASE

"A conta é muito desigual e isso pode ter um impacto muito sério do ponto de vista social"

GISELLE BEIGUELMAN
Artista e professora

Opine
gazetaparana.com.br
leitor@gazetaparana.com.br

Sesc PR anuncia programação de Natal em Ponta Grossa e outras quatro cidades

Espetáculos com projeções mapeadas, apresentações musicais, teatro e atividades culturais integram a programação especial de dezembro em diferentes regiões do Paraná

Valéria Mendes
Cascavel

● O Sesc Paraná preparou uma programação especial de Natal que levará espetáculos, apresentações musicais e atividades culturais a cinco municípios do estado durante o mês de dezembro. Além de Ponta Grossa, as atrações serão realizadas em Curitiba, Toledo, Matinhos e Bela Vista do Paraíso.

Entre os destaques estão espetáculos que utilizam fachadas de edifícios históricos como cenário, combinando projeções de imagens, iluminação, música e apresentações artísticas ao vivo. A programação também inclui teatro, corais, oficinas e atividades recreativas destinadas a diferentes faixas etárias.

Ponta Grossa

Em Ponta Grossa, o Sesc Estação Saudade receberá o espetáculo "Alice e as Maravilhas do Natal", nos dias 10, 11 e 12 de dezembro, às 20h.

A produção combina projeção mapeada e apresentações artísticas ao vivo, utilizando como cenário o edifício da antiga estação ferroviária, patrimônio histórico do município.

A unidade também contará com decoração temática, encontros com o Papai Noel e uma exposição de ferromodelismo, entre os dias 8 e 31 de dezembro.

Toledo

Em Toledo, as apresentações serão realizadas nos dias 4 e 5 de dezembro, às 20h, na Praça Willy Barth, na região central do município.

Na primeira noite, a Encantada Produções apresentará um espetáculo que inclui um cortejo com a chegada do Papai Noel, acompanhado de soldadinhos de chumbo.

No dia seguinte, o público poderá acompanhar o espetáculo "Quando o Céu Tocou a Terra", da FS Produções.

Curitiba

Na capital paranaense, a programação será realizada em parceria com a Prefeitura de Curitiba e contará com atrações no Sesc Paço da Liberdade e no Sesc da Esquina.

Entre os dias 1º e 7 de dezembro, a fachada do Paço da Liberdade receberá o espetáculo "Os Guardiões do Acreditar", que utiliza projeção mapeada para apresentar uma narrativa sobre a preservação dos sonhos e da imaginação.

Já o Sesc da Esquina promoverá atividades entre os dias 10 e 18 de dezembro, incluindo apresentações musicais, corais, artistas circenses, oficinas e espetáculos teatrais. A fachada da unidade também receberá iluminação especial.

Matinhos

No litoral paranaense, o Hotel Sesc Caiobá, em Matinhos, receberá o Natal Encantado nos dias 19 e 20 de dezembro.

A programação reunirá espetáculos musicais, atrações infantis e desfiles artísticos pela Avenida Atlântica. Entre as apresentações confirmadas estão o Projeto Broadway, a Orquestra de Brinquedos e a Cia Kà, responsável pela Parada Encantada e pelos espetáculos principais das duas noites.



Sesc PR anuncia programação de Natal em Ponta Grossa e outras quatro cidades Divulgação

Bela Vista do Paraíso

Em Bela Vista do Paraíso, as atividades serão realizadas entre os dias 2 e 19 de dezembro, com apresentações musicais, teatro, circo, contação de histórias, oficinas e recreação.

Entre os destaques estão a Cantata de Natal, a Orquestra Maringaense de Viola Caipira e o cortejo natalino da Cia. Clac, que contará com a chegada do Papai Noel.

Cultura

Além das atrações culturais, a programação natalina estará associada à Campanha do Brinquedo, promovida pelo Sesc PR em parceria com a RPC.

A iniciativa incentiva a doação de brinquedos novos ou usados em boas condições, destinados a crianças atendidas por instituições sociais.

A programação completa, com datas, horários e informações sobre as atrações de cada município, poderá ser consultada no site do Sesc Paraná.

Representantes de diferentes segmentos culturais defendem que o aumento fortaleça os editais e amplie o acesso ao financiamento para produtores independentes e profissionais autônomos



Divulgação/Arquivo

Artistas pedem R$ 20 milhões a mais para a cultura em Curitiba

Comissão de Economia da Câmara barrou emenda que elevaria os recursos para projetos culturais em 2027. Vereadores propuseram discutir o pedido com a prefeitura

Cascavel
JULIA MARASCHI

REPRESENTANTES DO SETOR cultural de Curitiba foram à Câmara Municipal na quarta-feira (25) para pedir que os recursos destinados ao incentivo a projetos culturais passem de cerca de R$ 30 milhões para R$ 50 milhões em 2027. A Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização não admitiu a emenda que previa o aumento, mas assumiu o compromisso de discutir a demanda com o Executivo.

A reivindicação foi apresentada por uma comitiva com representantes das artes cênicas, da música, do audiovisual, do carnaval e de movimentos de cultura periférica. O presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Paraná (Sated-PR), Adriano Esturilho, afirmou que os editais são especialmente importantes para pequenos e médios produtores e para profissionais autônomos, que representam boa parte do setor.

"A Lei de Incentivo é recurso para o ano todo. Ela atende todos os setores", disse Esturilho. Segundo ele, o financiamento por editais ajuda a distribuir os recursos por diferentes regiões da cidade e movimenta atividades como o comércio e a gastronomia.

O sindicato defende que Curitiba amplie gradualmente o valor destinado ao incentivo cultural. Segundo Esturilho, os recursos têm correspondido historicamente a algo entre 0,5% e 0,6% da arrecadação prevista com IPTU e ISS, diante de um limite de 3% autorizado pela legislação municipal.

Emenda barrada

A emenda do vereador Angelo Vanhoni (PT) à proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027 previa destinar R$ 20,37 milhões a mais ao Fundo Municipal da Cultura. O dinheiro sairia de cinco dotações, entre elas as de comunicação social, manutenção de vias e do programa Curitiba de Volta ao Centro.

O relator do orçamento, Serginho do Posto (PSD), argumentou que a emenda não demonstrou que os valores previstos pelo Executivo para essas despesas estavam superestimados. Segundo ele, parte do dinheiro já estava comprometida com serviços públicos, incluindo contratos de comunicação.

A FRASE

"A Lei de Incentivo é recurso para o ano todo. Ela atende todos os setores"
ADRIANO ESTURILHO
Presidente do Sated-PR

O segundo ponto foi a divisão dos recursos entre o Fundo Municipal da Cultura e o Mecenato Subsidiado. Na interpretação do relator, o Fundo pode receber entre 40% e 60% dos recursos do programa municipal de incentivo. Com a emenda, passaria a contar com R$ 34,67 milhões, enquanto o Mecenato permaneceria com R$ 16 milhões. Pelos cálculos do parecer, a fatia do Fundo chegaria a 68,42%.

A vereadora Giorgia Prates (PT) divergiu e defendeu que a emenda fosse votada em plenário. Para ela, a legislação municipal permite repasses orçamentários diretos ao Fundo, o que possibilitaria ampliar a verba sem aumentar na mesma proporção os recursos do Mecenato. A parlamentar também informou que um abaixo-assinado em apoio à reivindicação já havia ultrapassado mil assinaturas.

Diálogo previsto

Serginho do Posto, que também é líder do governo na Câmara, propôs uma reunião com a Fundação Cultural de Curitiba no início de 2027 e, depois, uma conversa com a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento. A proposta é incluir as entidades do setor cultural nas discussões.

A vereadora Indiara Barbosa (Novo) sugeriu avaliar a possibilidade de remanejar recursos durante a execução do orçamento de 2027. Já o vereador Professor Euler (MDB) defendeu que o aumento dos investimentos em cultura, esporte e lazer seja planejado antes da elaboração das próximas propostas orçamentárias.

Balé Teatro Guaíra leva o espetáculo "Cartografia da Memória" a Cascavel

O programa reúne uma criação inédita de Lucas Valente, inspirada na obra da coreógrafa norte-americana Yvonne Rainer, e um espetáculo de Alessandro Sousa Pereira desenvolvido a partir do "Bolero", de Maurice Ravel

Valéria Mendes
Cascavel

• O Balé Teatro Guaíra (BTG) apresenta o espetáculo "Cartografia da Memória" nos dias 29 e 30 de novembro, no Teatro Municipal Sefrin Filho, em Cascavel. Sob a direção de Marcelo Damián Zamora, a companhia reúne duas obras de coreógrafos brasileiros com carreira internacional. "Templo Provisório", de Lucas Valente, parte da pesquisa da norte-americana Yvonne Rainer. "STOL, uma questão de confiança", de Alessandro Sousa Pereira, tem como base o "Bolero", de Maurice Ravel.

A sessão de domingo (29), às 18h, é aberta ao público, com entrada gratuita e reserva antecipada pelo Sympla. Na segunda-feira (30), às 10h, a apresentação será dirigida a estudantes da rede pública e a pessoas atendidas por instituições sociais. As duas sessões contarão com interpretação em Libras, audiodescrição e abafadores de ruído.

Gestos cotidianos

Em "Templo Provisório", que estreou em Curitiba em 14 de novembro, Lucas Valente parte de "Parts of Some Sextets", obra criada por Yvonne Rainer em 1965. A coreógrafa, uma das fundadoras do Judson Dance Theater, em Nova York, incorporava à dança gestos cotidianos como sentar, levantar e arrastar objetos.

Na montagem de Valente, os bailarinos movem e empilham colchões para compor estruturas temporárias. Ao reorganizar os objetos ao longo da apresentação, o elenco transforma o espaço do palco e explora diferentes formas de interação entre os intérpretes. Radicado na Suíça, Valente assina a concepção, a coreografia, o cenário e o figurino da obra.

Ravel em cena

Em "STOL, uma questão de confiança", Alessandro Sousa Pereira usa o "Bolero", de Maurice Ravel, como base para explorar a relação entre os bailarinos e as cadeiras que compõem o cenário. Os objetos fazem parte das sequências de movimento e das composições em grupo.

A obra estreou em agosto de 2025, com apresentações simultâneas no Brasil e na Dinamarca. Radicado no país europeu, Sousa Pereira integrou o Danish Dance Theatre por mais de uma década e criou trabalhos para companhias como o Royal Danish Ballet.

As apresentações em Cascavel integram a circulação do Balé Teatro Guaíra pelo Paraná. O projeto é viabilizado pela Lei Rouanet, com patrocínio da Sanepar e apoio da Secretaria de Cultura de Cascavel.



Divulgação/Arquivo

ESPETÁCULO

"Cartografia da Memória"

com o Balé Teatro Guaíra
Local — Teatro Municipal Sefrin Filho, em Cascavel
Sessão aberta ao público — Domingo (29), às 18h, com entrada gratuita e reserva pelo Sympla
Sessão dirigida — Segunda-feira (30), às 10h, para estudantes da rede pública e pessoas atendidas por instituições sociais



GazetadoParaná

UM JORNAL QUE TEM CULTURA

Leis | Julgamentos | Sentenças | Opiniões

Gazetajus

Cartórios Conselho Nacional de Justiça determina a exclusão de quatro candidatos de uma nova audiência de escolha de serventias no Paraná e estabelece limites econômicos para a concessão de delegações de cartórios

CNJ barra escolha de cartórios no PR por quatro candidatos sem amparo judicial

Conselho anulou parcialmente editais da Corregedoria da Justiça do Paraná e determinou que novas escolhas de serventias respeitem critérios de equivalência financeira



STJ/Divulgação

REDAÇÃO
Cascavel

● O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anulou parcialmente dois editais da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná que permitiam a candidatos de um concurso público iniciado em 2018 participar de uma nova audiência de escolha de cartórios. Por unanimidade, o Conselho determinou a exclusão de quatro candidatos da convocação, por entender que não havia decisões judiciais que amparassem o direito de realizar uma nova escolha de serventias.

O julgamento ocorreu em 29 de outubro, com acórdão publicado no Diário da Justiça do CNJ em novembro. O procedimento de controle administrativo foi instaurado a partir de uma representação da Associação Nacional de Defesa dos Concursos para Cartórios (ANDECC), que questionou os critérios adotados pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), incluindo a oferta de serventias que não integravam o edital original do concurso.

A decisão atinge os candidatos Ana Paula Braga Bornia, Evandro Carlos Gomes, João Gustavo Garcia Nadal e Ricardo Teixeira Marques. Conforme o acórdão, os quatro participaram da audiência de escolha realizada em dezembro de 2022, mas renunciaram à escolha das serventias naquela ocasião. Posteriormente, foram incluídos em uma nova convocação promovida pela Corregedoria paranaense, apesar de as decisões judiciais anteriormente obtidas não assegurarem o direito de escolher cartórios após o encerramento do certame.

Convocação suspensa

Em maio de 2025, a Corregedoria da Justiça do Paraná publicou edital assinado pela desembargadora Ana Lúcia Lourenço, convocando candidatos para uma nova audiência de escolha de serventias extrajudiciais. O documento previa que a escolha dos cartórios, a outorga das delegações e a investidura fossem realizadas em uma única sessão.

A convocação foi suspensa cautelarmente em maio de 2025. No mês seguinte, o plenário do CNJ ratificou a medida, impedindo que as novas delegações fossem efetivadas enquanto a controvérsia permanecesse em análise. Um dos fundamentos para a suspensão foi o risco de constituição de situações de difícil reversão, uma vez que a assunção de uma serventia extrajudicial envolve investimentos em instalações, equipamentos e contratação de funcionários.

Disputa financeira

O CNJ estabeleceu que eventuais novas escolhas deverão observar a equivalência de arrecadação entre as serventias disponibilizadas e aquelas às quais os candidatos teriam direito, considerando sua correta classificação no concurso.

A decisão também determinou que sejam priorizados os cartórios integrantes do edital original e respeitadas as modalidades de ingresso, por provimento ou remoção. A disponibilização de serventias que ficaram vagas posteriormente deverá observar os critérios de equivalência financeira. Caberá à Corregedoria paranaense realizar a apuração das receitas das unidades extrajudiciais para assegurar o cumprimento dessas condições.

Disputa no Supremo

A controvérsia também passou pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os quatro candidatos haviam questionado judicialmente a exigência de um período mínimo de dois anos de exercício da delegação para participação no concurso pela modalidade de remoção.

As decisões judiciais obtidas asseguraram a participação no certame, mas, conforme entendimento posteriormente adotado pelo Supremo e pelo CNJ, não garantiram o direito de realizar uma nova escolha de serventias após a renúncia ocorrida em 2022.

Direito preservado

O CNJ conferiu tratamento distinto ao candidato Artur César de Souza, que obteve judicialmente a revisão da nota de sua prova oral. Nesse caso, o Conselho reconheceu o direito à realização de uma nova escolha, condicionada ao cumprimento dos critérios de equivalência financeira e das demais regras estabelecidas no julgamento.

O acórdão também preservou as escolhas, outorgas e investiduras decorrentes da audiência realizada em 8 de dezembro de 2022. A anulação parcial dos editais de 2025, portanto, não implica a revisão generalizada das delegações anteriormente concedidas. A decisão foi proferida no Procedimento de Controle Administrativo nº 0003447-49.2025.2.00.0000.

NÚMERO

4

Candidatos foram excluídos da nova audiência de escolha de cartórios

TJPR institui sistema de combate à corrupção e prevê proteção a denunciantes no Judiciário

Resolução publicada nesta sexta-feira estabelece mecanismos permanentes de prevenção, detecção e responsabilização por fraudes, conflitos de interesses e desvios de conduta



Divulgação TJPR

Redação
Cascavel

●O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) instituiu uma política permanente de integridade institucional voltada à prevenção e ao enfrentamento de fraudes, atos de corrupção, conflitos de interesses e desvios de conduta no âmbito do Poder Judiciário estadual. A Resolução nº 578-OE, aprovada pelo Órgão Especial em 23 de novembro, foi publicada nesta sexta-feira (27) no Diário da Justiça Eletrônico e entrou imediatamente em vigor.

Assinado pela presidente do TJPR, desembargadora Lidia Maejima, o documento estabelece mecanismos de prevenção, detecção e resposta a irregularidades, abrangendo magistrados, servidores, juízes de paz, estagiários, colaboradores e trabalhadores terceirizados. A política também alcança, no que couber, pessoas físicas e jurídicas que mantêm relações com o tribunal.

A instituição do sistema foi precedida por uma pesquisa interna sobre integridade, realizada entre maio e julho deste ano. Segundo a resolução, os resultados recomendaram a estruturação de uma política institucional que assegurasse a continuidade das ações de integridade, independentemente das mudanças na administração do tribunal.

Proteção a denunciantes

Entre as diretrizes estabelecidas está a manutenção de um canal de denúncias acessível tanto ao público interno quanto à sociedade. O instrumento deverá garantir o sigilo das informações, a possibilidade de anonimato e a proteção dos denunciantes contra eventuais retaliações.

A resolução determina ainda que os integrantes do Sistema de Integridade Institucional comuniquem imediatamente à corregedoria competente os indícios de infrações disciplinares identificados no exercício de suas atribuições. O compartilhamento de informações relacionadas às denúncias deverá ocorrer preferencialmente por meio de dados consolidados, estatísticos ou anonimizados, preservando a identidade dos denunciantes, a confidencialidade das informações e o sigilo das apurações.

Crises institucionais

O documento estabelece mecanismos de atuação diante de situações classificadas como crises de integridade. A definição abrange ocorrências relacionadas a fraudes, corrupção, irregularidades graves, conflitos de interesses e desvios éticos que possam comprometer a confiança pública, a reputação institucional ou a prestação jurisdicional.

NÚMERO

6

ANOS
Prazo máximo para a revisão periódica da resolução de integridade institucional

Fiscalização dos cartórios

A política também contempla os serviços notariais e de registro, embora estabeleça condições específicas para sua aplicação. Como os cartórios são administrados em caráter privado, mediante delegação do poder público, caberá à Corregedoria da Justiça promover a integridade dessas unidades e articular seus mecanismos de fiscalização com o sistema instituído pelo tribunal.

Os instrumentos internos de integridade somente alcançarão os titulares, interinos e prepostos dos cartórios quando incorporados às normas da Corregedoria da Justiça ou às disposições gerais aprovadas pelo Conselho da Magistratura. A resolução também impede que o órgão gestor do sistema realize diretamente inspeções ou diligências nas serventias extrajudiciais, atribuições reservadas aos órgãos correicionais.

Controle permanente

O novo sistema prevê avaliações periódicas da eficácia dos mecanismos de controle, auditorias, gerenciamento de riscos e acompanhamento de indicadores. Entre os instrumentos previstos estão os procedimentos de verificação da integridade das empresas contratadas pelo Judiciário.

A alta administração deverá assegurar os recursos humanos, orçamentários e tecnológicos necessários à implementação da política. A resolução estabelece ainda que os resultados sejam avaliados pela efetividade das medidas adotadas, e não apenas pela existência formal de mecanismos de controle. A resolução deverá ser reavaliada sempre que necessário e, obrigatoriamente, a cada seis anos.